

Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2012



SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
1. PERFIL ORGANIZACIONAL.....	5
1.1.Participação no Mercado.....	6
1.2.Copel Geração e Transmissão em Números.....	6
1.3.Certificações e Prêmios	6
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	7
2.1.Estrutura e Boas Práticas de Governança.....	7
2.2.Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa	8
2.3.Referencial Estratégico	8
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	10
3.1.Análise macroeconômica	10
3.2.Análise Setorial	11
3.3.Segmentos de Negócios	13
3.4.Pesquisa & Desenvolvimento.....	17
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	18
4.1.Receita Operacional Líquida	18
4.2.Custos e Despesas Operacionais	18
4.3.EBITDA ou LAJIDA	19
4.4.Resultado Financeiro	19
4.5.Endividamento	19
4.6.Lucro Líquido	19
4.7.Valor Adicionado.....	20
4.8.Programa de Investimentos	20
5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	21
5.1.Força de trabalho.....	21
5.2.Fornecedores.....	25
5.3.Comunidade	25
5.4.Educação para sustentabilidade	26
5.5.Projetos e Programas Corporativos.....	27
5.6.Meio ambiente	28
6. BALANÇO SOCIAL	32
7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....	35



MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Apresentamos nas páginas que seguem, o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Copel, referente ao exercício de 2012.

Na geração de energia, destacou-se no último ano a entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Mauá, maior obra do Paraná, com 363 MW (megawatts) de potência instalada, suficiente para atender cerca de um milhão de habitantes. O empreendimento foi implementado por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, que tem a participação da Companhia (51%) e da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (49%).

No Mato Grosso, metade da obra da Usina Hidrelétrica Colíder, com 300 MW, já está finalizada, antes de completados dois anos do início do empreendimento. No Paraná, entrou-se na última fase de construção da Usina Hidrelétrica Cavernoso II, de 19 MW, que tem o início de sua operação prevista para o primeiro semestre de 2013.

No âmbito de operação e manutenção do parque gerador da Copel Geração e Transmissão, estão em andamento obras e projetos para garantir maior confiabilidade ao sistema elétrico como um todo. Entre eles, destacam-se a revitalização da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, da Usina Hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, Usina Hidrelétrica de Guaricana e da Usina Hidrelétrica de Apucarantina, além do desenvolvimento do projeto do novo Centro de Operação da Geração e Transmissão, entre outros.

Também em 2012, a Companhia obteve aceite da Aneel para os estudos de viabilidade técnica e econômica de quatro usinas hidrelétricas localizadas no rio Piquiri, no Paraná, que totalizam 459,3 MW de capacidade instalada. Assinou ainda Acordo de Cooperação Técnica com oito grandes empresas do setor elétrico para a realização dos estudos de viabilidade do complexo hidrelétrico da bacia do Rio Tapajós, no Pará, composto por cinco usinas, totalizando 10.682 MW.

No final do ano, a Copel Geração e Transmissão antecipou a renovação de seu contrato de concessão de transmissão que venceria em 2015, dentro das novas regras da Medida Provisória 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 do Governo Federal — ao mesmo tempo em que declinou da oferta de renovação da concessão de quatro de suas usinas. A decisão levou em conta a melhor alternativa para contribuir com a modicidade da tarifa elétrica almejada pela MP, sem comprometer a saúde financeira da Companhia.

Em função do acima exposto, em 04.12.2012, foi assinado o termo aditivo de prorrogação do contrato de concessão, com vigência a partir de 01.01.2013 até 31.12.2042, que representa 1.731,6 km de linhas de transmissão, que correspondem a 86% do total de linhas de transmissão da Companhia no Paraná.



Em 2012, a Copel Geração e Transmissão continuou com a sua estratégia de comercializar a energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL, tendo efetuado as vendas para os consumidores livres, comercializadores de energia e geradores, para entrega no ano de 2013, de 227,2 MW médios, em 2014 de 284,3 MW médios, em 2015 de 278,5 MW médios e em 2016 de 213,2 MW médios. Os preços obtidos com essas vendas foram superiores aos contratos do Ambiente de Contratação Regulada - ACR que se encerraram, o que agrega valor a carteira da Companhia.

Entre os destaque de transmissão, a Copel Geração e Transmissão arrematou em leilão da Aneel a concessão para construir, em conjunto com a State Grid Brazil Holding, 1.605 km de linhas de transmissão e quatro subestações nos estados do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Os empreendimentos devem entrar em operação em 2014.

Também em parceria com a State Grid Brazil Holding e com a estatal federal Furnas Centrais Elétricas S.A., a Companhia venceu a disputa para implantar outros 967 quilômetros de linhas de transmissão entre Goiás, Minas Gerais e Bahia. Na mesma oportunidade, a Copel Geração e Transmissão arrematou a concessão para construir uma subestação e de uma linha de 37 quilômetros em São Paulo.

Foram ainda assinados contratos de concessão da linha de transmissão Cascavel Oeste — Umuarama, de 230 kV e 143 km de extensão, e para construção da Subestação Umuarama, com 300 MVA, em uma parceria entre Companhia (51%) e Eletrosul (49%). No Paraná, foi assinado o contrato de duas linhas de transmissão, na tensão 230 mil volts: uma de 88 km entre as subestações de Londrina e Figueira, no norte do Estado, e outra de 10 km entre Foz do Chopim a Salto Osório, no sudoeste.

Durante o ano de 2012, em continuidade ao programa de expansão da transmissão da Copel Geração e Transmissão, foram realizadas ampliações importantes nas subestações Pilarzinho (230 kV), Santa Mônica (230 kV) e Uberaba (230 kV), em Curitiba; na SE Cascavel (230 kV) e na SE Foz do Iguaçu Norte (230 kV). Também teve destaque a obra realizada na linha de transmissão Cascavel — Foz do Iguaçu Norte, que passou a operar em tensão 230 kV.

Conheça neste Relatório mais detalhes sobre estes e outros projetos e resultados de geração e transmissão da Companhia.

Curitiba, 25 de março de 2013.

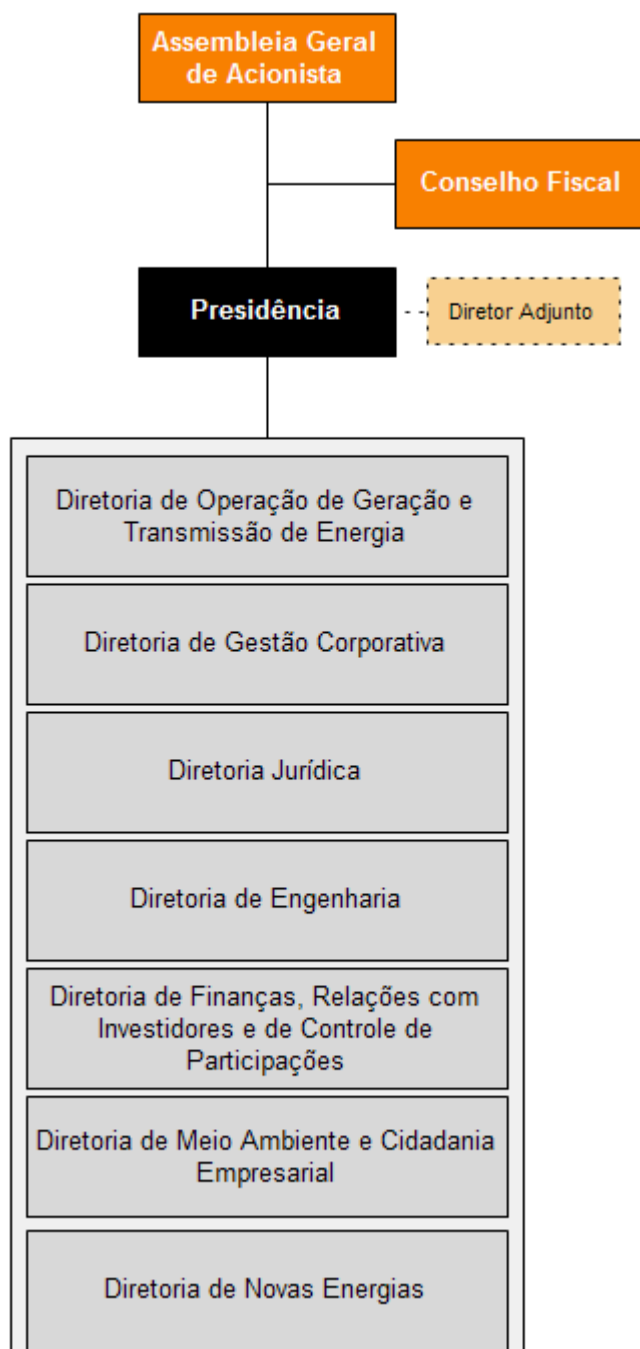
Jaime de Oliveira Kuhn

Diretor Presidente



1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel Geração e Transmissão ou Companhia), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel (Copel ou Controladora), atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração e transmissão de energia. Opera um sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão e subestações.





1.1. Participação no Mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica ⁽¹⁾	3,5	⁽²⁾ 28,0	^{(2) (3)} 59,7
Transmissão de energia elétrica ⁽⁴⁾	2,4	14,3	41,2

⁽¹⁾ Não incluídas as participações da Companhia

⁽²⁾ Não incluída a Usina de Itaipu

⁽³⁾ Não inclui as usinas do Rio Paranapanema

⁽⁴⁾ O mercado refere-se à Receita Anual Permitida - RAP

1.2. Copel Geração e Transmissão em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2012	2011	variação % 2012-2011
Indicadores Contábeis			
Receita operacional ou vendas brutas	2.585.702	2.328.074	11,1
Deduções da receita	343.037	289.029	18,7
Receita operacional líquida ou vendas líquidas	2.242.665	2.039.045	10,0
Custos e despesas operacionais do serviço	1.374.149	1.351.074	1,7
Resultado das atividades	868.516	687.971	26,2
EBITDA ou LAJIDA	1.138.881	943.391	20,7
Resultado financeiro	48.624	101.643	(52,2)
IRPJ/CSLL	232.657	187.207	24,3
Lucro / Prejuízo líquido	700.524	598.920	17,0
Patrimônio líquido	6.216.442	5.739.789	8,3
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,8	1,0	(20,0)
Liquidez geral (índice)	0,7	0,8	(12,5)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	50,8	46,3	9,7
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	8,2	8,7	(5,7)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	31,2	29,4	6,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	12,2	10,5	16,2

⁽¹⁾ $LL \div (PL \text{ inicial})$

1.3. Certificações e Prêmios

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados em 2012, destacam-se:

Prêmios / Certificações	Certificador
III Prêmio Maiores Contribuintes do ICMS do Paraná – 2012	Jornal Indústria & Comércio e sistema Fecomércio Sesc/Senac do Paraná
ABRACONEE - Qualidade da Transparência Contábil 2011 - 3º lugar	Universidade Federal do Rio de Janeiro
CRC-RJ - Empresa Cidadã - Pelas informações sociais, ambientais e contábeis apresentadas em relatório, ano base 2011	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Sistema Firjan e Fecomércio



2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia, segundo as diretrizes de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa e utiliza como parâmetro o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas. Os administradores procuram, dessa forma, contribuir para sua perenidade, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

2.1. Estrutura e Boas Práticas de Governança

A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética. Além destes, a Controladora mantém o Comitê de Gestão de Riscos, o qual destacamos a seguir:

- **Gestão de Riscos**

O processo de Gestão Integrada de Riscos Corporativos teve início na Companhia em 2006, por meio de sua Controladora, com o objetivo de acompanhar a gestão de riscos nas áreas corporativas, procurando maximizar, de maneira consistente e permanente, os valores econômico, social e ambiental para todas as partes interessadas.

A Política e o Modelo de Gestão de Riscos foram implementados em 2009, definindo os princípios e as diretrizes de atuação da Copel. Entre os princípios norteadores estão a classificação e a forma de avaliação dos riscos, a definição de parâmetros de apetite ao risco, bem como o Princípio da Precaução, já que a Controladora não só prevê a probabilidade de ocorrência de danos, como também promove mecanismos de mitigação dos riscos.

Devido à incerteza intrínseca dos riscos, a Copel considera, além dos impactos financeiros, os impactos qualitativos, como dano de imagem e operacional. Além disso, a Controladora analisa medidas de mitigação dos riscos adotando controles, indicadores e planos de ação que auxiliam no monitoramento dos riscos e levam à priorização e apoio à tomada de decisões.

A estratégia adotada pela Copel permite considerar os riscos em seu processo decisório segundo os seguintes níveis de abordagem:

- riscos estratégicos: associados aos objetivos estratégicos da Controladora e, desta forma, a gestão é de responsabilidade da Alta Administração;



- riscos-chave de processos: relacionados aos processos, de responsabilidade dos gestores de processos; e
- riscos-chave de projetos: vinculados aos projetos estratégicos, cuja gestão é de responsabilidade dos gestores de projetos.

As atividades voltadas à Gestão de Riscos são apresentadas periodicamente nas reuniões do Comitê de Riscos e do Comitê de Auditoria, permitindo, assim, que estes colegiados estejam permanentemente informados e comprometidos com os objetivos do processo de gestão de riscos corporativos.

Em 2012 a Controladora manteve o foco de atuação da Gestão de Riscos, além de buscar o constante aprimoramento do modelo, de forma a manter-se atualizada com as boas práticas desenvolvidas pelo mercado.

2.2. Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa

A Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, criada em 2006, estabelece as diretrizes de sustentabilidade e cidadania empresarial norteadoras das decisões e ações da Companhia. A Política está baseada na missão e valores corporativos, nos Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, bem como nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, além de ser complementar ao Código de Conduta da Copel.

Os Princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial são: Comprometimento; Atitude Pró-ativa diante da Lei; Diálogo, Comunicação e Transparência; Respeito à Dinâmica Socioambiental; Responsabilidade Individual e Valorização da Diversidade.

2.3. Referencial Estratégico

A Companhia segue o referencial estratégico da Controladora, descrito a seguir:

Visão: Simplesmente a melhor da década.

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Princípios e Valores:



Ética	Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
Respeito às pessoas	Consideração com o próximo.
Dedicação	Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
Transparência	Prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
Segurança	Ambiente de trabalho saudável em que os empregados e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
Responsabilidade	Condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
Inovação	Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.



3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

As economias avançadas adotaram uma série de medidas de austeridade fiscal para superar os efeitos da crise internacional que incluíram, entre outros, volumosos pacotes de resgate para tentar equilibrar a economia dos países com maior dificuldade financeira. Segundo o Fundo Monetário Internacional - FMI, o crescimento mundial deve situar-se em torno de 3,2% no ano de 2012, sustentado pelos países emergentes, especificamente China e Índia, e com um desempenho ínfimo das economias desenvolvidas. Para os próximos anos estima-se uma gradativa recuperação, atingindo, todavia, taxas de crescimento inferiores às do período pré-crise financeira. A despeito da superação gradual da crise, os países da Zona do Euro passarão por novos ajustes nas contas internas, não apresentando taxas médias anuais satisfatórias de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB enquanto perdurar a ênfase exclusiva na austeridade de curto prazo de alguns países da região.

A economia nacional registrou modesto desempenho nos primeiros meses do ano, mas apresentou contínua recuperação no segundo semestre de 2012, com suporte no consumo das famílias, estimulado pela expansão moderada do crédito, renda e empregos. A estabilidade do emprego com a queda na taxa de desocupação, aliada ao aumento da renda do trabalhador, favoreceu o comércio mas não foi suficiente para rebater o pífio desempenho da produção industrial que pressionou negativamente o PIB do ano. Neste contexto, a economia registrou um crescimento de 0,9% em 2012.

A economia regional apontou redução no ritmo de crescimento em 2012, afetada principalmente pela estiagem ocorrida no primeiro semestre do ano, que reduziu a produção regional de grãos e pela desaceleração da produção industrial ocorrida nos últimos meses de 2012. Em movimento oposto, os indicadores relacionados ao comércio, serviços e mercado de trabalho superaram a média nacional, sustentando positivamente o resultado do PIB no ano. Em 2013, dentro de um macroambiente relativamente estável, a economia estadual delineia uma trajetória animadora, intensificada pelo aproveitamento do agronegócio local das oportunidades geradas pela ascendente demanda por alimentos, das melhores condições endógenas de crescimento, com a expansão do mercado de trabalho e a consequente ampliação do poder de compra da população, e da maturação dos investimentos realizados, por meio de inversões públicas e privadas.



3.2. Análise Setorial

• Prorrogação das Concessões

Em 12.09.2012 publicou-se a Medida Provisória nº 579, de 11.09.2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11.01.2013, dispondo dentre outras, sobre o tratamento a ser dado às concessões de geração e transmissão alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07.07.1995, cujo vencimento se daria entre os anos de 2015 e 2017 e que já haviam sofrido uma única renovação.

Conforme a legislação, esse elenco de empreendimentos deveria ser licitado após o término do prazo de concessão. Para atender interesses do Poder Concedente, principalmente relacionados ao princípio da Modicidade Tarifária, foi definido um novo regramento, que permite mais uma prorrogação das concessões, desde que o concessionário aceite antecipar em até 60 meses o fim da sua concessão e renuncie aos direitos daquele contrato.

Cabe salientar que a aplicação desses instrumentos também alcançaram empreendimentos de geração que ainda detinham o direito a uma prorrogação e que, inclusive, já estavam com processo de Requerimento da Prorrogação das Concessões em andamento na Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e também com processo concluído por aquela Agência com indicação de prorrogação ao Ministério de Minas e Energia. Como exemplo, pode-se citar o processo da UHE Rio dos Patos, iniciado em 27.01.2011.

Concessões de Geração

Para as concessões de geração, ficou estabelecida uma prorrogação de mais 30 anos. A prorrogação foi facultada ao concessionário e sua adesão dependeu, além da aceitação de antecipação do termo original de sua concessão, também da aceitação expressa das seguintes condições: i) remuneração por tarifa calculada pela Aneel para cada usina hidrelétrica; ii) alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela agência reguladora, conforme regulamento do poder concedente; iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

Cabe ressaltar que essa nova condição altera o regime de Concessionário de Serviço Público de Geração de Energia Elétrica para a posição de titular da concessão com geração realizada como função de utilidade pública prioritária. Nessa nova condição, o concessionário ficará limitado a exercer somente funções de operação e manutenção, uma vez que a exploração retornou ao Poder Concedente.

Sendo assim, a tarifa proposta visa cobrir, basicamente, as despesas com encargos, tributos, operação e manutenção rotineiras, não prevendo, entretanto, os investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos, o que pode



comprometer a manutenção, a qualidade e a continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas. Pela sua natureza esses investimentos são, frequentemente, muito onerosos.

A aplicação se efetivará desde que haja reconhecimento pela Aneel, sua autorização e consequente garantia de ressarcimento em prazo realista (vide as regras aplicadas para o ressarcimento dos investimentos com mesma característica feitos na transmissão — REN nº 443, de 26.07.2011).

Esse aspecto ainda depende de regulamentação da Aneel e essa lacuna legal causa insegurança regulatória aos agentes, podendo impactar nas decisões no momento do investimento.

A Companhia, após conhecimento das condições de renovação, procedeu às análises possíveis. Diante da precariedade de informações disponibilizadas pelo Poder Concedente e de posse das avaliações obtidas, concluiu pela não viabilidade da renovação das concessões de geração de suas quatro usinas vincendas entre 2014 e 2015: Rio dos Patos com 1,8 MW de capacidade instalada, Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza com 260,0 MW, Mourão com 8,2 MW e Chopim com 1,8 MW.

Concessões de Transmissão

Para as concessões de transmissão, ficou estabelecida uma prorrogação de mais 30 anos. A prorrogação foi facultada ao concessionário e sua adesão dependeu, além da aceitação de antecipação do termo original de sua concessão, também da aceitação expressa das seguintes condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

Foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento e autorização da Aneel. A garantia de ressarcimento se dá conforme a REN nº 443, de 26.07.2011, não causando perdas financeiras ao concessionário.

A Companhia, após conhecimento das condições de renovação, procedeu às análises e avaliações, optando pela renovação. Dessa forma, contribui com a redução nas tarifas e com a modicidade tarifária.

Licitação

As concessões de geração e transmissão de energia elétrica que não foram prorrogadas dentro desse regulamento, serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

• Comercialização de energia

Em 2012, a Copel firmou novos contratos no ambiente de contratação livre, conforme segue:

Venda de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL (em MW médios):



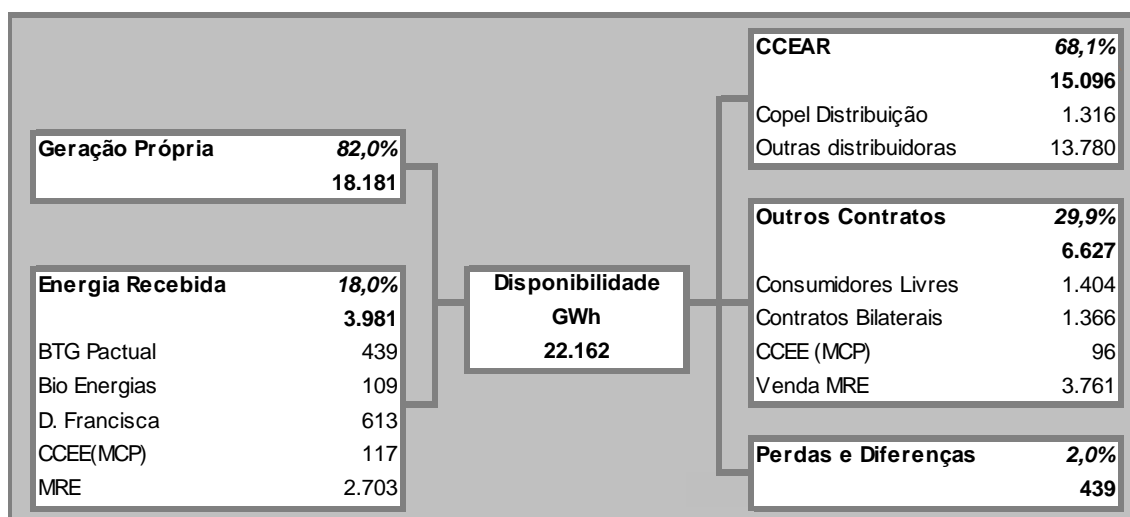
Energia convencional	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Venda para comercializadores	-	62,5	100,0	95,0	45,0	45,0	-	-	-
Venda para consumidores livres	38,4	100,4	96,7	95,9	88,2	45,6	-	-	-
Venda para geradoras	-	64,4	87,6	87,6	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0
Total	38,4	227,2	284,3	278,5	213,2	170,6	80,0	80,0	80,0

Obs. Não houve venda de energia incentivada I5.

Compra de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL (em MW médios):

	2012	2013
Energia convencional	62,0	-
Energia incentivada I5	-	0,1
Total	62,0	0,1

• Fluxo de Energia (em % e GW/hora)



Valores sujeitos a alterações após o fechamento pela CCEE

CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

MRE = Mecanismo de Realocação de Energia

CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

MCP = Mercado de Curto Prazo

3.3. Segmentos de Negócios

3.3.1. Geração e Transmissão

3.3.1.1. Geração

A Copel Geração e Transmissão detém e opera 20 usinas próprias, sendo 18 hidrelétricas, uma termelétrica e uma eólica, com capacidade instalada total de 4.737,1 MW e energia assegurada de 2.058,1 MW médios. Em 2012, esses ativos geraram 18.180,9 GWh, 99,6% desse total de fonte



hidrelétrica e eólica. A geração de energia elétrica em nossas usinas é supervisionada e coordenada por nosso Centro de Operação da Geração, em Curitiba.

Além disso, a Companhia obteve concessões para construir e operar as seguintes usinas:

Usina	Potência instalada	Local	Início das operações	Outros
UHE Colíder	300 MW	Rio Teles Pires, nos municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba, Colíder e Cláudia, em Mato Grosso	Previsão para janeiro de 2015	Investimento previsto de R\$ 1,6 bilhão
PCH Cavernoso II	19 MW	Rio Cavernoso, entre os municípios de Virmond e Candói, no Paraná	Previsão para o primeiro semestre de 2013	Investimento previsto de R\$ 120,0 milhões
UHE São Jerônimo	331 MW	Rio Tibagi, no Paraná	(1)	A ser implementada pelo Consórcio São Jerônimo

⁽¹⁾ Para o início das obras é necessária autorização do Congresso Nacional, conforme artigo 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal, visto que o reservatório da usina atinge áreas indígenas

3.3.1.2. Transmissão

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. A Companhia detém e opera 2.023 km de linhas de transmissão e 31 subestações da Rede Básica, com potência de transformação da ordem de 10.902 MVA.

• Obras autorizadas pela Aneel

Várias ampliações em subestações autorizadas pela Aneel foram executadas em 2012, com destaque para a conclusão das obras nas SEs Pilarzinho (230 kV), Santa Mônica (230 kV) e Uberaba (230 kV), em Curitiba; na SE Cascavel (230 kV), na SE Foz do Iguaçu Norte (230 kV). Também foi finalizada a reforma na LT Cascavel — Foz do Iguaçu Norte (230 kV), que abrange oito municípios da região.

• Grandes obras em andamento e novas concessões

Com as recentes conquistas da Companhia em leilões de transmissão da Aneel, a configuração das grandes obras para os próximos anos é a seguinte:



Descrição	Estado	Empreendimentos	Km	MVA
LT Umuarama — Cascavel Oeste SE Umuarama	Paraná	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	143 km	300 MVA
SE Camaquã III LT Salto Santiago — Itá LT Itá — Nova Santa Rita LT Nova Santa Rita — Camaquã III LT Camaquã III — Quinta	Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	190 km 305 km 140 km 163 km	166 MVA
LT Umuarama — Guaíra LT Cascavel Oeste — Cascavel Norte SE Santa Quitéria SE Cascavel Norte	Paraná	Caiuá Transmissora de Energia S.A.	105 km 31 km	400 MVA 300 MVA
LT Curitiba — Curitiba Leste SE Curitiba Leste	Paraná	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	28 km	672 MVA
LT Açailândia — Miranda II	Maranhão	Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	365 km	-
LT Ribeirãozinho — Rio Verde Norte LT Rio Verde Norte — Marimbondo II	Mato Grosso Goiás Minas Gerais	Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.	250 km 350 km	-
LT Paranaíta — Cláudia LT Cláudia — Paranatinga LT Paranatinga — Ribeirãozinho SE Paranaíta SE Cláudia SE Paranatinga	Mato Grosso	Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.	300 km 350 km 355 km	-
SE Cerquilha III	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	-	300 MVA
LT Araraquara II — Taubaté	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	334,5 km	-
LTs Londrina — Figueira LT Foz do Chopim — Salto Osório	Paraná	Copel Geração e Transmissão S.A.	88 km 10 km	-
⁽¹⁾ LT Assis — Paraguaçu Paulista II SE Paraguaçu Paulista II	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	37 km	150 MVA
LT Barreiras II — Rio das Éguas LT Rio das Éguas — Luziânia LT Luziânia — Pirapora II	Bahia Goiás Minas Gerais	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	244 km 373 km 350 km	-

⁽¹⁾ Leilão realizado em 19.12.2012 e contrato de concessão assinado em 25.02.2013.

• Receitas de Transmissão

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.313/2012, de 26.06.2012, a Aneel estabeleceu a Receita Anual Permitida - RAP para o ciclo julho/2012 a junho/2013 pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão. Todavia, em 12.09.2012 foi publicada a Medida Provisória - MP nº 579/2012 que dispõe sobre a prorrogação dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com vencimento entre 2015 e 2017. Pelo disposto nesta MP, os ativos de transmissão dos contratos atingidos serão indenizados e as empresas farão jus a uma RAP para operação e manutenção destes ativos. Em 02.12.2012 a Copel assinou o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 060/2001, o qual fica prorrogado até 31.12.2042.

Em 11.12.2012 a Aneel emitiu a Resolução Homologatória nº 1.395/2012, alterando os valores das receitas do Contrato de Concessão nº 060/2001, estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 1.313/2012, para adequá-la às condições impostas pela MP nº 579/2012. As receitas dos



demais contratos de concessão de transmissão da Copel Geração e Transmissão não foram atingidos pela referida MP.

A Copel é detentora de oito contratos de concessão de transmissão, sendo quatro em operação comercial com direito ao recebimento de receitas, três em fase de construção e o da LT 230 KV Assis – Paraguaçu Paulista II, arrematado em leilão ocorrido em 19.12.2012 e assinado em 25.02.2013. Os reajustes das receitas foram efetuados conforme estabelecido em cada contrato.

O Contrato de Concessão nº 060/2001, que compreende as instalações de transmissão do sistema existente e ampliações autorizadas pela Aneel, e o Contrato de Concessão nº 075/2011, referente à LT Bateias — Jaguariaíva, tiveram seus reajustes efetuados pelo IGP-M acumulado no período, de 4,26%. Os Contratos de Concessão 006/2008, referente à LT Bateias — Pilarzinho, e 027/2009, da LT Cascavel Oeste — Foz do Iguaçu, foram reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado no período, de 4,98%.

A Copel também participa em outros empreendimentos de transmissão decorrentes de licitações vencidas em leilões promovidos pela Aneel. Os empreendimentos referentes a estas concessões encontram-se em fase de construção e são descritas na tabela de Grandes obras em andamento e novas concessões.

3.3.2. Participações

A Companhia tem participação societária e associação com empresas e consórcios em vários empreendimentos, conforme demonstrado a seguir:

Setor geração:

Empreendimento	Potência instalada total (MW)	Participação
UEG Araucária Ltda.	484,1	60,0%
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	363,0	51,0%
Consórcio Tapajós (NE nº 13.8)	-	11,1%

Setor transmissão:

As participações do setor de transmissão estão demonstradas a seguir e encontram-se em fase pré-operacional.



Empreendimento	Participação
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	51,0%
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	80,0%
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	20,0%
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	49,0%
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	49,0%
Matrinchá Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	49,0%
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	49,0%
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (NE 12.2.2)	24,5%

3.4. Pesquisa & Desenvolvimento

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Companhia investiu em vários projetos.

Em 2012, foram executados 12 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, sendo oito estratégicos, nos quais a Companhia participa de forma cooperada com outras empresas e cujos temas são estabelecidos pela Aneel. Foram aplicados, no total, aproximadamente R\$ 3,5 milhões.

Encontram-se, em processo de contratação, três projetos estratégicos aprovados pela Aneel na Chamada de Projetos Estratégicos nº 013/2011 - "Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira". Tal chamada compreende estudos e desenvolvimentos tecnológicos visando facilitar a inserção da geração solar fotovoltaica na matriz energética brasileira.

Também foram submetidas à avaliação da Aneel oito propostas de projetos de P&D, em atendimento à Chamada de Projetos Estratégicos nº 14/2012 - "Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção da Geração de Energia Elétrica a Partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira".



4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2012, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 203,6 milhões, representando 10,0% de aumento em relação a 2011. Tal variação decorre principalmente de:

- 1) Acréscimo de R\$ 122,7 milhões em **Suprimento de Energia Elétrica**, devido ao aumento decorrente das operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a migração dos Contratos do Ambiente Regulado para o Ambiente Livre.
- 2) Acréscimo de R\$ 98,4 milhões na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica**, decorrente principalmente do aumento da receita de juros dos ativos de transmissão.
- 3) Decréscimo de R\$ 58,8 milhões na **Receita de Construção**. A Companhia contabiliza receitas relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, as quais totalizaram R\$ 60,0 milhões em 2012 e R\$ 118,8 milhões em 2011. Os respectivos gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do período, como **custo de construção**, quando incorridos.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Tiveram acréscimo de R\$ 23,1 milhões em 2012, representando um aumento de 1,7%, influenciados, principalmente por:

- 1) Acréscimo de R\$ 92,3 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, devido principalmente ao maior valor de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE;
- 2) Acréscimo de R\$ 76,9 milhões em **Pessoal e Administradores**, decorrente principalmente do reajuste salarial, conforme acordo coletivo que passou a vigorar em outubro de 2012, e do Programa Permanente de Sucessão e Desligamento Voluntário - PSDV.
- 3) Decréscimo de R\$ 92,9 milhões na conta de **Provisões e Reversões**, decorrente principalmente da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- 4) Decréscimo de R\$ 17,2 milhões em **Outras Despesas Operacionais**, decorrente principalmente do decréscimo da Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.



4.3. EBITDA ou LAJIDA

EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)		
Em R\$ mil		
	2012	2011
Lucro líquido	700.524	598.920
IRPJ e CSLL	232.657	187.207
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(48.624)	(101.643)
Lajir/Ebit	884.557	684.484
Depreciação e Amortização	254.324	258.907
LAJIDA/EBITDA	1.138.881	943.391
Receita Operacional Líquida - ROL	2.242.665	2.039.045
Margem do EBITDA% (Ebitda ÷ ROL)	50,8%	46,3%

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou redução de R\$ 53,0 milhões devido ao:

- decréscimo em rendas de aplicações financeiras, ocasionada principalmente pela redução do capital aplicado e das taxas de juros; e
- compensada pela variação monetária sobre contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão, no valor de R\$ 19,8 milhões.

4.5. Endividamento

Em 2012, a Companhia recebeu R\$ 44,7 milhões referente a um empréstimo junto ao BNDES. Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 73,3 milhões, sendo R\$ 22,9 milhões de principal e R\$ 50,4 milhões de encargos.

A composição dos empréstimos e financiamentos em curto e longo prazo é:

Saldo (Em R\$ milhões)	2012	2011
Curto prazo	71,7	59,2
Longo prazo	438,4	437,5
Total	510,1	496,7

4.6. Lucro Líquido

Em 2012, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 700,5 milhões, sendo 17,0% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 598,9 milhões.



4.7. Valor Adicionado

No exercício de 2012, a Companhia apurou R\$ 1.818,0 milhões de Valor Adicionado Total, 16,1% superior ao apurado no ano anterior. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado	2012	2011	Variação %
Acionistas	12,8%	15,0%	(14,7)
Retido	25,7%	23,3%	10,3
Terceiros	3,9%	4,8%	(18,8)
Pessoal	17,9%	16,6%	7,8
Governo	39,7%	40,3%	(1,5)
Estadual e Municipal	7,9%	8,2%	(3,7)
Federal	92,1%	91,8%	0,3
Total	100,0%	100,0%	-

4.8. Programa de Investimentos

Em 2012, o investimento da Companhia foi de R\$ 988,2 milhões, 6,4% maior que em 2011, que foi de R\$ 928,9 milhões. O investimento previsto para 2013 é da ordem de R\$ 925,1 milhões.



5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

5.1. Força de trabalho

Os 1.841 empregados do quadro próprio estão distribuídos em três carreiras: profissional de nível médio (474 empregados), profissional técnico de nível médio (734 empregados) e profissional de nível superior (633 empregados). A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido, em 2012, mediante concurso público, 56 novos empregados. Durante o mesmo período, 86 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido de 0,05 em 2011 e 2012.

• Desenvolvimento de Pessoal

Em 2012 foi criada a UniCOPEL, tendo como objetivo atuar no conhecimento e no empreendedorismo inovador para a melhor execução das estratégias corporativas. Seu desafio estratégico é ser referência no desenvolvimento das pessoas, agregando valor aos negócios corporativos e à sociedade. Novos programas educacionais, que serão inovadores no âmbito da Companhia, foram concebidos e estão formatados para serem executados em 2013.

Até dezembro de 2012, foram registradas 6.809 participações de empregados em 912 treinamentos coordenados pela UniCOPEL. Considerando o total de 1.841 empregados da Companhia, estas participações equivalem a 3,7 participações por empregado e carga horária média de treinamento de 77,7 por empregado. Além disso, verificou-se a participação de 37 empregados em cursos de pós-graduação *latu sensu* e 11 participações em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

As necessidades de capacitação e desenvolvimento, no ano de 2012, foram feitas com base em metodologia denominada “Diagnóstico de Necessidade de Desenvolvimento - DND”, realizada anualmente em todas as áreas. Para 2013 será implementado, por meio da UniCOPEL, o Planejamento Educacional-planE, que substitui o DND e implementa uma série de benefícios, dentre os quais destacamos: alinhamento, de forma objetiva, dos eventos de T&D com as diretrizes empresariais, associando cada evento a uma meta relacionada ao negócio; prioridades de treinamentos a serem realizados, inclusive dos empregados participantes dos eventos; identificação do valor de orçamento por Diretoria e Superintendência; e valor das participações em T&D.

Para os terceirizados, as necessidades de treinamento são identificadas a partir das atividades específicas, correlatas ao exigido dos empregados próprios e são estabelecidas nos respectivos contratos.



• **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração, além dos valores obrigatórios previstos em Lei, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a empregados com deficiência e a empregados com dependentes deficientes, além de outros proporcionados pelo convênio existente entre a Controladora e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo as disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

• **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Companhia ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2012 (R\$ 1.246,04) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 622,00) era de duas vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

• **Riscos trabalhistas**

Além de cumprir totalmente com suas obrigações trabalhistas, garantindo aos empregados os seus direitos instituídos pela legislação pátria, a Companhia realiza uma série de ações, com o intuito de reduzir os riscos trabalhistas, dentre as quais destacamos:

- com o objetivo de estabelecer regras para tratamento das denúncias de assédio moral e para a investigação de sua procedência, foi instituída a Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam, cuja composição procura garantir a imparcialidade nas análises dos processos;
- a Companhia, se relaciona os sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e Companhia discutem as reivindicações para chegar ao Acordo



Coletivo de Trabalho - ACT. O cumprimento das cláusulas dos ACTs mitiga possíveis problemas com sindicatos e empregados;

- as dispensas por justa causa são precedidas de processo administrativo sumário, regulado por norma administrativa interna, que garante ao empregado o direito de defesa; e
- a Companhia disponibiliza o Canal de Comunicação Confidencial, que pode ser utilizado por empregados, gerentes, diretores, estagiários, contratados e demais partes interessadas. O objetivo desse recurso é a comunicação de irregularidades relacionadas à contabilidade, auditoria e controles internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas da Companhia.

• **Diálogo com o Público Interno**

Como forma de dar continuidade ao Plano de Gestão de Pessoas, em maio e junho de 2012 a Companhia realizou, em parceria com empresa especializada, o segundo ciclo da Pesquisa de Opinião dos Empregados - POE. A pesquisa tem como objetivo conhecer a opinião dos empregados sobre os atributos que promovem a satisfação, o comprometimento e a felicidade no ambiente de trabalho.

Em 2012 a pesquisa foi respondida por 60,8% do universo de empregados e, destes, 85,09% consideram a Copel ótima ou boa para se trabalhar.

• **Saúde e segurança no trabalho**

Ambiente físico do trabalho

A Companhia possui diversas instalações localizadas em todo estado do Paraná e algumas fora do estado. Cada uma delas com características distintas, apresentando diversos fatores de risco. As atividades executadas são também diversificadas. Para cada uma destas instalações elaboramos, conforme determina a legislação, um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA que é a base para outras ações, como por exemplo: definição de procedimentos de trabalho, especificação de equipamentos de proteção individual e coletiva, elaboração de Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT e definição de parâmetros para o Programa de Controle Médico e Saúde Organizacional - PCMSO.

Ambiente psicossocial de trabalho

O ambiente biopsicossocial do trabalho, que inclui cultura organizacional, atitudes, valores, crenças e práticas cotidianas da companhia, influencia no bem-estar social mental e físico dos empregados, impactando no ambiente de trabalho, no clima organizacional e no processo produtivo.



A Companhia possui programas formais destinados a promover ações de satisfação e valorização dos empregados, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas e da organização, o que minimiza os impactos negativos no ambiente de trabalho.

Recursos para a saúde pessoal

Atualmente existe investimento da Companhia para manutenção e promoção da saúde do trabalhador com a disponibilização de serviço próprio de saúde ocupacional com profissionais em todas as regiões. Além disso, a Companhia possui convênio assistencial com a Fundação Copel para realização de exames complementares para diagnóstico, não apenas de patologias relacionadas ao trabalho, mas outras que possam afetar a capacidade laboral. As principais atividades estão definidas no PCMSO, documento obrigatório para cumprimento da legislação.

• Destaques

Espaço Energia e Saúde: em março de 2012 os polos do Km3 e do Atuba, em Curitiba, e as usinas Segredo, Foz do Areia, Caxias e Governador Parigot de Souza - GPS ganharam equipamentos de ginástica ao ar livre e barras para alongamento. As novas academias buscam incentivar a prática de esportes e a melhoria da qualidade de vida dos copelianos.

Realização de concurso para PCDs: em 2012 a Companhia realizou, por meio de sua Controladora, de forma inédita, concurso público específico para contratação de pessoas com deficiência. O objetivo da iniciativa é contribuir com a inclusão no mercado de trabalho.

Certificado “No ritmo natural da vida”: a Companhia tem como tradição homenagear seus empregados por tempo de casa. A partir de setembro de 2012, essa demonstração de respeito e admiração passou a ser estendida aos empregados que estão saindo da Companhia, por ocasião de aposentadoria, com a entrega de um certificado. A ideia é expressar a gratidão e a admiração pelo trabalho desempenhado por seus empregados ao longo de suas vidas.

MBA de Formação de Lideranças in company: lançado em 2012, por meio de sua Controladora, o MBA tem como objetivo formar um banco de talentos para ocupar futuros cargos gerenciais na Companhia. Os 90 copelianos participantes do programa foram selecionados por meio de processo seletivo. Destes, 45 finalizaram o curso em 2012 e os demais concluirão em 2013.

Programa Permanente de Sucessão e Desligamento Voluntário - PSDV: a Companhia instituiu o PSDV como forma de estabelecer procedimentos capazes de garantir a retenção do conhecimento da Companhia e, de forma planejada e estruturada, incentivar a preparação do quadro funcional para o exercício da liderança. O destaque do programa é a obrigatoriedade de formação de um sucessor antes do desligamento definitivo do empregado. Diante das mudanças ocorridas no cenário nacional, notadamente com a MP nº 579/2012 e seus desdobramentos, que afetaram sobremaneira as finanças da Companhia, exigiu-se, entre outras medidas, a extinção do



PSDV, a partir de 1º.01.2013. Tal decisão da Diretoria foi comunicada com antecedência aos empregados, possibilitando a adesão até o final de dezembro de 2012.

5.2. Fornecedores

Ao contratar fornecedores a Companhia propõe reuniões de integração, a serem realizadas antes do início dos serviços, nas quais são abordados temas relativos às práticas de segurança e saúde no trabalho, meio ambiente e responsabilidade social, bem como cláusulas contidas no Código de Conduta da Copel.

5.3. Comunidade

Em 2012, vários municípios que abrigaram empreendimentos da Companhia contaram com a dedicação de técnicos enviados com a função de demonstrar a importância das questões afetas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Museu Regional do Iguaçu – MRI

Localizado na Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga - UHE GNB (Segredo), o MRI guarda o acervo oriundo dos programas de aproveitamento científico de flora e fauna, salvamento da memória cultural e resgate arqueológico dos empreendimentos da Companhia no rio Iguaçu.

As exposições são monitoradas por educadores ambientais, permitindo conhecer aspectos da história do rio Iguaçu. No museu também é realizado trabalho de educação ambiental com as escolas da região e visitantes. O MRI também atua de forma itinerante, levando o acervo do museu para exposição, com acompanhamento técnico, aos municípios da região.

Sob-linhas

Tem como objetivo implementar hortas comunitárias nas faixas de segurança das redes de energia elétrica da Companhia, em parceria com prefeituras municipais e associações de moradores.

Tendo como princípio o uso múltiplo e a ocupação social dos imóveis, busca promover a inclusão e a educação ambiental, com resgate da cidadania das comunidades que margeiam as áreas das faixas de servidão, por meio da relação direta com a produção alimentar e a geração de renda. Além disso, proporciona mais segurança à comunidade, evitando instalações irregulares sob as linhas.

Em 2012, com a aprovação da Aneel, foi negociado junto à prefeitura de Maringá um plano de trabalho que integra o convênio referente à implantação da primeira horta, que será inaugurada em 2013.



Projeto Guardiã das Águas

Convênio firmado com o Instituto Bom Aluno com o objetivo de promover a cidadania, por meio do apoio e mobilização ao grupo escoteiro Guardiã das Águas, visando à sensibilização dos participantes para temas ambientais e sociais e a contribuição para a preservação das áreas de mananciais da Bacia do Alto Iguaçu.

5.4. Educação para sustentabilidade

Rede de Agentes para a Sustentabilidade

A Rede Copel de Agentes para a Sustentabilidade atua na mobilização, sensibilização e conscientização do público interno para questões afetas à sustentabilidade.

Cine Sustentabilidade

O projeto Cine Sustentabilidade tem o objetivo de sensibilizar os empregados da Companhia em relação aos 10 princípios do Pacto Global, do qual a Copel é signatária desde 2001.

A metodologia adotada utiliza o viés da Arte, especialmente o Cinema, visando tornar o treinamento agradável ao participante, bem como possibilitar a discussão sobre os temas apresentados num contexto e realidade atuais do Brasil e da Companhia. Essa apresentação e debate sobre o cenário atual, especialmente nas questões afetas à sustentabilidade, traz como proposta a mudança de cenário a partir de atitudes e ações concretas de cada indivíduo.

Assim, a proposta do Cine Sustentabilidade vai além de informar aos empregados sobre os princípios, pois provoca a reflexão sobre eles, estabelecendo sua relação com processos, ações e iniciativas existentes na Companhia.

Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais

O seminário foi criado com o objetivo de dar visibilidade e difundir projetos e práticas socioambientais desenvolvidos em áreas da Companhia, visando dar conhecimento e possibilitando a replicação em outras áreas. A 3ª edição do seminário focou na temática da diversidade, com palestras e apresentações artísticas trazendo especialmente questões de gênero e de raça, propondo a reflexão e o compartilhamento de conhecimentos. Nesta edição, foram apresentadas as boas práticas inscritas no Troféu Susie Pontarolli.

Troféu Susie Pontarolli

Em novembro de 2012, a Copel realizou a primeira edição do Troféu Susie Pontarolli de Sustentabilidade, que tem por objetivo reconhecer e apoiar iniciativas que visem contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria de qualidade de vida.

A denominação do prêmio é homenagem a Susie Pontarolli, empregada da Copel falecida no início de 2011, que foi a precursora da sustentabilidade na empresa. Ao longo de sua carreira, Susie se



dedicou a promover os princípios da ética empresarial, da inclusão e valorização do ser humano e da responsabilidade social, levando a Copel a participar, sempre de maneira destacada, de foros como o Pacto Global da ONU e o Instituto Ethos.

5.5. Projetos e Programas Corporativos

- **Voluntariado Corporativo – EletriCidadania**

Instituído em 2004, o EletriCidadania visa o incentivo ao voluntariado e ao desenvolvimento de atitudes de cidadania e responsabilidade social entre os empregados. O Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que, muito além do simples assistencialismo, levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2012, foram realizadas 349 horas de voluntariado.

- **Programa Corporativo de Acessibilidade**

O Programa Corporativo de Acessibilidade tem o objetivo de tornar a Companhia rigorosamente adaptada no que diz respeito às questões de acessibilidade, por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, para que seus empregados e partes interessadas, com algum tipo de deficiência, tenham pleno acesso às suas instalações, informações e serviços.

Para disseminar a cultura da inclusão e promover capacitação no tema, foram realizados Seminários de Acessibilidade em três cidades do Estado: Curitiba, Maringá e União da Vitória. O assunto também foi abordado na maior SIPAT da região metropolitana de Curitiba, com a presença do Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

- **Equidade de Gênero e Raça**

O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça é o reconhecimento do compromisso da organização com um processo eficiente de gestão, em busca de resultados econômicos, financeiros e socioambientais de qualidade, além de ser a demonstração nacional e internacional, nas diversas mídias, do comprometimento com a equidade de gênero e étnico-racial.

Em 2012, foram realizadas diversas atividades previstas no Plano de Ação da Copel para a 4ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça:

- palestra de sensibilização sobre o tema gravidez na adolescência em Ortigueira — município do entorno da usina de Mauá;



- encontro com as empresas paranaenses signatárias da 4ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, com o objetivo de promover a troca de boas práticas e disseminar conceitos;
- comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos.

5.6. Meio ambiente

- **Gestão socioambiental de novos empreendimentos**

Os impactos socioambientais da implantação de novos empreendimentos são mitigados (negativos) ou potencializados (positivos) pela implementação dos programas ambientais previstos no Projeto Básico Ambiental - PBA de cada empreendimento. O PBA é elaborado com base nos impactos socioambientais identificados no Estudo de Impacto Ambiental - EIA.

Usina Hidrelétrica - UHE Mauá

O PBA da UHE Mauá possui 21 programas e 13 subprogramas socioambientais. Para obter mais informações sobre os programas socioambientais da UHE Mauá, acesse o site da Usina: <http://www.usinamaua.com.br>.

Usina Hidrelétrica - UHE Colíder

O PBA da UHE Colíder é constituído de 32 programas socioambientais. A execução dos programas é realizada em duas fases: construção do canteiro de obras e viabilização do reservatório. Informações sobre os programas socioambientais da UHE Colíder estão disponíveis no site do empreendimento: www.copel.com/uhecolider.

Pequena Central Hidrelétrica - PCH Cavernoso II

O PBA da PCH Cavernoso II possui 17 programas ambientais. Em 21.09.2012 foi emitida a Licença de Operação. Informações sobre o programa estão disponíveis no site da Copel: www.copel.com.

- **Gestão Socioambiental de Reservatórios**

Desenvolvimento de ações por meio da gestão ambiental por microbacias hidrográficas, com os objetivos de: identificar as fontes de poluição nas bacias de contribuição dos reservatórios; planejar, em parceria com demais instituições do Estado, o uso e a ocupação do solo; participar de programas estaduais relacionados a ações de preservação ambiental em microbacias contribuintes de reservatórios; implantar medidas de caráter preventivo e corretivo; e controlar a incidência de algas e macrófitas, visando melhorar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das UHEs da Companhia, bem como promover seu uso múltiplo.



- **Programa Florestas Ciliares**

O principal objetivo do Programa é a recuperação dos ambientes naturais circunjacentes aos reservatórios das usinas, feita essencialmente por meio de plantios florestais. O trabalho é realizado em imóveis da Companhia, bem como em imóveis de terceiros, cujos proprietários possuam interesse em aderir ao Programa. A fim de isolar áreas a serem recuperadas, de animais de criação, muitas vezes montam-se cercas antes de iniciar os plantios.

Em 2012, foram plantadas 93.415 mudas, o que corresponde a uma área recuperada de 40 hectares. Também foi realizado o cercamento de 38 km, para proteção das áreas reflorestadas.

- **Hortos Florestais**

Nos hortos florestais são produzidas as mudas necessárias para atendimento a programas de compensação ambiental que necessitam de reflorestamento. Além do Programa de Florestas Ciliares, são produzidas mudas para compensação ambiental de supressão vegetal decorrente da abertura de faixa para linhas de transmissão e distribuição, repasse de mudas de arborização urbana para as prefeituras conveniadas e para compor o paisagismo de áreas administrativas da companhia.

A produção de mudas inclui 138 espécies arbóreas nativas, abrangendo os diversos tipos de vegetação do território paranaense, inclusive várias espécies raras e ameaçadas de extinção. Em 2012, os hortos florestais da Companhia produziram 362 mil mudas.

- **Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna**

O Programa permite acompanhar as mudanças nas comunidades de peixes afetadas pelas barragens da Companhia e realiza o manejo destas comunidades, mitigando impactos e atendendo necessidades legais e sociais. Em relação às demandas por alevinos, o programa de repovoamento auxilia no atendimento a órgãos ambientais e governamentais e a eventos promovidos em prol do meio ambiente. Em 2012, houve a produção de 212 mil indivíduos, tendo sido liberados 67 mil alevinos nos reservatórios da Companhia e 20 mil em eventos ambientais junto às prefeituras. Também foram cedidos 80 mil indivíduos ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama para uso em manejo ambiental. Dentre estes, encontra-se o surubim do Iguçu, espécie considerada em extinção. Nesse período, foram resgatados 2381 peixes durante procedimentos de manutenção de usinas e em emergências ambientais, 70% destes com vida.



- **Emissões**

Efluentes

Em 2012, foram implantados sistemas de tratamento de esgoto na vila residencial da UHE Governador Pedro Viriato Parigot de Souza - GPS e em três PCHs. Estão em fase de implantação sistemas de tratamento de esgoto em mais sete, com previsão de término em março/2013.

Resíduos

Durante 2012 foram realizadas as seguintes ações:

- implantação de 45 Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS em diversas unidades (SEs, Departamentos de Serviço e Manutenção, Usinas, PCHs e Polos Administrativos), com ações de sensibilização para um público de mais de 500 pessoas destas unidades, além da capacitação de 30 profissionais responsáveis pela implantação dos planos;
- habilitação de três associações, por meio da Chamada Pública, para o cadastramento de Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual nº 4.167/2009;
- destinação final de 42 toneladas de telhas de amianto.

- **Gestão de Recursos Naturais - Fontes de energia renovável**

Aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável, é uma das importantes diretrizes estratégicas estabelecidas para os negócios de geração e transmissão da Copel. Neste sentido, a Companhia vem pesquisando e prospectando novos negócios relativos a estas fontes de energias. Os principais projetos atualmente em desenvolvimento ou estudo são:

Identificação de locais com potencial eólico competitivo

Projeto para a implementação de modelo numérico de previsão do tempo, em computador de alto desempenho, que permitirá à Companhia elaborar seus próprios mapas de recurso eólico, visando à identificação das áreas mais promissoras para instalação de futuros parques eólicos. O modelo foi instalado com sucesso em junho/2012 no computador adquirido para este fim e, desde então, têm sido elaborados diversos atlas eólicos, atendendo às solicitações da comissão que avalia os novos empreendimentos eólicos.

Projetos solares fotovoltaicos

Em agosto/2011, a Aneel publicou a Chamada nº 13/2011 para o Projeto Estratégico “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira”. A Companhia está liderando a execução de dois projetos: “Aplicação de Células



Fotovoltaicas de Fabricação Nacional para Geração de Energia Elétrica Interligada à Rede de Distribuição no Estádio onde Venha a Ser Realizada a Copa Fifa 2014”, cuja capacidade instalada será de 2,29 MWpico, e “Comparação da Geração de Energia Elétrica por Fonte Solar Fotovoltaica e sua Disponibilização na Rede de Distribuição, Sem e Com Acumulação da Energia em Banco de Bateria Vanádio de Ciclo Limitado”, cuja capacidade instalada será de 3,0 MWpico. A Companhia também está participando, de forma cooperada, de dois projetos liderados por outras empresas do setor.

A previsão é de que as plantas solares fotovoltaicas entrem em operação em 2013.

Microalgas

Este projeto de P&D, iniciado em 2009, tem como objetivos a pesquisa e o desenvolvimento de processos de cultivo em grande escala de microalgas voltados para extração de óleo como fonte energética para a produção de biodiesel e energia.

Biogás & Resíduos Sólidos Urbanos

A Copel Geração e Transmissão, em parceria com diversas instituições, submeteu à avaliação inicial da Aneel oito novos projetos de P&D. Dentre os objetivos, prevê-se a construção de uma usina piloto de processamento de resíduos sólidos urbanos - RSU, que inclui a gaseificação, o aproveitamento de biogás gerado por lixões ou aterros já existentes, a estruturação de um centro de excelência de estudos, o aproveitamento da biomassa até então rejeitada da indústria sucro-alcooleira e o desenvolvimento de uma planta de processamento do RSU para municípios de pequeno e médio portes. Tal planta deverá produzir energia, produtos reciclados e recicláveis, sem necessidade de aterros ou geração de qualquer passivo ambiental, proporcionar o aproveitamento de biogás de estações de tratamento de esgotos e da indústria da suinocultura, etc.



6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012		2011	
1 - BASE DE CÁLCULO				
NE 23 Receita Líquida - RL	2.242.665		2.039.045	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
Remuneração dos administradores	360	-	335	-
Remuneração dos empregados	208.426	9,3	177.265	8,7
Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	20.615	0,9	19.296	0,9
NE 26.3 Encargos sociais compulsórios	74.870	3,3	54.963	2,7
NE 18.3 Plano previdenciário	15.364	0,7	13.582	0,7
NE 18.3 Saúde (Plano assistencial)	32.678	1,5	26.371	1,3
Segurança e medicina no trabalho	1.351	0,1	1.274	0,1
Educação	811	-	715	-
Cultura	129	-	364	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.753	0,2	4.052	0,2
Auxílio creche	165	-	145	-
NE 26.3 Participação nos lucros e/ou resultados	5.594	0,5	9.109	0,4
NE 26.3 Indenizações Trabalhistas	50.975	2,3	19.359	0,9
(1) Outros benefícios	94	-	221	-
Total	415.185	18,5	327.051	16,0
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
Esporte e Cultura	6.261	0,3	5.833	0,3
NE 26.7 Lei do incentivo ao esporte	1.420	0,1	1.129	0,1
NE 26.7 Lei do incentivo a cultura (Rouanet e ISS)	4.830	0,2	4.665	0,2
Projetos culturais diversos - ISS	11		39	
Outros programas	46.852	2,1	64.556	3,2
Programa Reassentamento de famílias	44.184	2,0	59.613	2,9
NE 26.7 Fundo dos direitos da criança e do adolescente	1.100	-	1.129	0,1
Convênio IBAB - Guardiã das águas	871	-	543	-
Indenização para comunidades indígenas	345	-	2.987	0,1
Programa de relacionamento com a comunidade	7	-	162	-
Estudo sobre as condições socioeconômicas atuais dos reassentamentos das UHE GNB e GJR	209	-	-	-
Outros programas	136	-	122	-
Total das contribuições para a sociedade	53.113	2,4	70.389	3,5
Tributos (excluídos encargos sociais)	662.510	29,5	588.538	28,9
Total	715.623	31,9	658.927	32,4

NE - Nota Explicativa



(continuação)

		2012		2011			
		% Sobre RL		% Sobre RL			
4 - INDICADORES AMBIENTAIS							
Investimentos relacionados com as operações da empresa		63.217	2,9	54.836	2,7		
	Pesquisa e Desenvolvimento	14.340	0,6	14.586	0,7		
	Estudos Ambientais e Implantação de Programas Básicos Ambientais - PBAs	36.350	1,6	34.534	1,7		
	Programas de proteção de Fauna e Flora	10.814	0,5	5.581	0,3		
	Gestão de resíduos, efluentes e emissões	1.713	0,1	135	-		
Investimentos em programas e/ou projetos externos		110	-	444	-		
Total		63.327	2,8	55.280	2,7		
(2)	Quantidade de sanções ambientais	1		-			
	Valor das sanções ambientais	10		-			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL							
Empregados no final do período		1.841		1.863			
Admissões durante o período		56		204			
Escolaridade dos empregados(as):		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Total Superior e extensão universitária	979	712	267	959	701	258
	Total 2º Grau	841	738	103	873	764	109
	Total 1º Grau	21	21	0	31	30	1
Faixa etária dos empregados(as):							
(3)	Abaixo de 18 anos	2		8			
	De 18 até 30 anos (exclusive)	294		358			
	De 30 até 45 anos (exclusive)	748		732			
	De 45 até 60 anos (exclusive)	778		750			
	Acima de 60 anos	19		15			
Mulheres que trabalham na empresa		370		368			
% Mulheres em cargos gerenciais:							
	em relação ao nº total de mulheres	10,3		9,5			
	em relação ao nº total de gerentes	22,9		22,9			
Negros(as) que trabalham na empresa		160		160			
% Negros(as) em cargos gerenciais:							
	em relação ao nº total de negros(as)	4,4		3,8			
	em relação ao nº total de gerentes	4,2		3,9			
Portadores(as) de necessidades especiais		19		17			
Dependentes		3.215		3.134			
(4)	Terceirizados	903		746			
(5)	Estagiários(as)	47		27			
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício		550		390			
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício		161		69			



(continuação)

	2012	2011
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15	16
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	42	34
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organiza e incentiva
7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA		
Valor adicionado total a distribuir	1.817.973	1.565.405
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	3,9%	4,8%
Pessoal	17,9%	16,6%
Governo	39,7%	40,3%
Acionistas	12,8%	15,0%
Retido	25,7%	23,3%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entenderem que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundida entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel Geração e Transmissão, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando a transparência de suas informações.

• A Copel Geração e Transmissão é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 04.370.282/0001-70.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez, Morte acidental, Auxílio creche, Auxílio educação, Cultura e Segurança e Medicina no trabalho.

(2) Estas informações referem-se a multas e notificações socioambientais. Valores referente aos Termos de Compromisso - TCs e Termos de Ajustamento de Conduta - TACs são considerados em sociais externos ou ambientais, dependendo de sua natureza.

(3) Referem-se ao programa de aprendiz em conflito com a lei.

(4) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados. Também não está contempla os terceiros que atuam na implantação de obras.

(5) Não compõem o quadro de empregados.



7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO FISCAL

Presidente	JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares	VAGA EM ABERTO JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO
Membros Suplentes	OSNI RISTOW ROBERTO BRUNNER VAGA EM ABERTO

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor de Operação de Geração e Transmissão de Energia	JAIME DE OLIVEIRA KUHN
Diretora de Gestão Corporativa	YÁRA CHRISTINA EISENBACH
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações	LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor Jurídico	JULIO JACOB JUNIOR
Diretor de Engenharia	JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR
Diretor de Novas Energias	HENRIQUE JOSÉ TERNES NETO
Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial	JONEL NAZARENO IURK
Diretor Adjunto	PAULO CESAR KRAUSS

CONTADOR

Contador - CRC-PR-045809/0-2 ADRIANO FEDALTO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Geração e Transmissão S.A. foi extinto através de sua 10ª Assembleia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel.



Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2012

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1 Contexto Operacional	12
2 Base de Preparação	12
3 Principais Políticas Contábeis	14
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	25
5 Títulos e Valores Mobiliários	26
6 Clientes	27
7 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	28
8 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão	28
9 Outros Créditos.....	31
10 Tributos	31
11 Depósitos Judiciais	34
12 Investimentos.....	34
13 Imobilizado.....	36
14 Intangível	43
15 Obrigações Sociais e Trabalhistas	45
16 Fornecedores.....	45
17 Empréstimos e Financiamentos	45
18 Benefícios Pós-Emprego.....	49
19 Encargos do Consumidor a Recolher.....	54
20 Pesquisa e Desenvolvimento	54
21 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público.....	55
22 Outras Contas a Pagar	56
23 Contingências e Provisões para Litígios.....	56
24 Patrimônio Líquido	62
25 Receita Operacional Líquida	64
26 Custos e Despesas Operacionais	65
27 Resultado Financeiro	69
28 Contratos de Arrendamento Operacional	69
29 Instrumentos Financeiros.....	70
30 Transações com Partes Relacionadas	82
31 Seguros (não auditado).....	84
32 Eventos Subsequentes	87
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	88
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	91



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVO	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.209	216.495
Títulos e valores mobiliários	5	291.709	487.406
Cauções e depósitos vinculados	-	1.429	1.957
Clientes	6	265.623	247.377
Contas a receber vinculadas à concessão	7	5.319	80.626
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	8	356.085	-
Outros créditos	9	92.661	61.855
Estoques	-	28.299	23.714
Imposto de renda e contribuição social	10	809	2.243
Outros tributos correntes a recuperar	10.3	6.871	1.544
Despesas antecipadas	-	2.321	2.088
		1.248.335	1.125.305
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	92.827	61.931
Depósitos judiciais	11	24.315	20.349
Contas a receber vinculadas à concessão	7	262.564	1.011.240
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	8	717.805	-
Outros créditos	9	6.413	1.878
Outros tributos correntes a recuperar	10.3	50.794	2.231
		1.154.718	1.097.629
Investimentos	12	448.130	386.873
Imobilizado	13	6.635.206	5.969.262
Intangível	14	44.981	39.156
		8.283.035	7.492.920
TOTAL DO ATIVO		9.531.370	8.618.225

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

PASSIVO	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	15	110.182	56.228
Fornecedores	16	419.896	211.100
Imposto de renda e contribuição social	10	139.614	133.348
Outras obrigações fiscais	10.3	50.760	21.385
Empréstimos e financiamentos	17	71.654	59.152
Dividendos a pagar	-	635.489	600.659
Benefícios pós-emprego	18.4	6.908	9.785
Encargos do consumidor a recolher	19	7.236	4.047
Pesquisa e desenvolvimento	20	14.831	13.943
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	21	884	615
Outras contas a pagar	22	20.428	30.999
		1.477.882	1.141.261
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	106.175	118.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2.1	612.870	643.149
Empréstimos e financiamentos	17	438.396	437.549
Benefícios pós-emprego	18.4	134.962	117.851
Pesquisa e desenvolvimento	20	43.350	34.523
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	21	27.184	25.505
Provisões para litígios	23	474.109	360.068
		1.837.046	1.737.175
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.1	3.505.994	3.505.994
Ajustes de avaliação patrimonial	24.4	1.339.999	1.440.745
Reserva legal	24.2	247.134	212.108
Reserva de retenção de lucros	24.2	1.123.315	145.364
Dividendo adicional proposto		-	435.578
		6.216.442	5.739.789
TOTAL DO PASSIVO		9.531.370	8.618.225

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	2.242.665	2.039.045
Custos Operacionais	26	(1.051.312)	(937.889)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.191.353	1.101.156
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	26	35.576	(35.148)
Despesas gerais e administrativas	26	(137.743)	(106.300)
Outras receitas (despesas), líquidas	26	(220.670)	(271.737)
Resultado da equivalência patrimonial		16.041	(3.487)
		(306.796)	(416.672)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		884.557	684.484
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	27	68.171	132.486
Despesas financeiras	27	(19.547)	(30.843)
		48.624	101.643
LUCRO OPERACIONAL		933.181	786.127
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	10	(263.071)	(264.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2.1	30.414	77.349
		(232.657)	(187.207)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		700.524	598.920

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		700.524	598.920
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros disponíveis para venda:			
aplicações financeiras	24.4	398	2.962
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	24.4	(135)	(1.007)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		263	1.955
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		700.787	600.875

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2011		3.505.994	1.540.695	182.162	145.364	351.866	-	5.726.081
Lucro líquido do exercício	24.5	-	-	-	-	-	598.920	598.920
Outros resultados abrangentes								
Ajuste ref. a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de tributos	24.4	-	1.955	-	-	-	-	1.955
Resultado abrangente total do exercício		-	1.955	-	-	-	598.920	600.875
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(351.866)	-	(351.866)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	24.4	-	(101.905)	-	-	-	101.905	-
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	24.5	-	-	29.946	-	-	(29.946)	-
Juros sobre o capital próprio	24.5	-	-	-	-	-	(226.913)	(226.913)
Dividendos	24.5	-	-	-	-	435.578	(443.966)	(8.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		3.505.994	1.440.745	212.108	145.364	435.578	-	5.739.789
Lucro líquido do exercício	24.5	-	-	-	-	-	700.524	700.524
Outros resultados abrangentes								
Ajuste ref. a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de tributos	24.4	-	263	-	-	-	-	263
Resultado abrangente total do exercício		-	263	-	-	-	700.524	700.787
Reversão do dividendo adicional proposto conforme 11ª A.G.O.		-	-	-	435.578	(435.578)	-	-
Reversão parcial de dividendos propostos conforme 11ª A.G.O.		-	-	-	8.388	-	-	8.388
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	24.4	-	(101.009)	-	-	-	101.009	-
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	24.5	-	-	35.026	-	-	(35.026)	-
Juros sobre o capital próprio	24.5	-	-	-	-	-	(219.160)	(219.160)
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	(13.362)	(13.362)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	533.985	-	(533.985)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		3.505.994	1.339.999	247.134	1.123.315	-	-	6.216.442

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		700.524	598.920
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Depreciação	13.2	253.058	258.615
Amortização	14.1	1.266	292
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		38.633	64.621
Remuneração de contas a receber vinculadas à concessão	7.1	(396.168)	(330.217)
Resultado da equivalência patrimonial	12.1	(16.041)	3.487
Imposto de renda e contribuição social	10.4	263.071	264.556
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2.1	(30.414)	(77.349)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	26.5	(35.576)	35.520
Provisão (reversão) para perdas com créditos tributários	26.5	(3.135)	13.627
Provisão para litígios	26.5	118.923	123.972
Provisão para benefícios pós-emprego	18.3	48.042	39.953
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	20.2	20.196	17.992
Baixas de investimentos	12.1	-	17
Resultado das baixas de imobilizado	13.2	2.673	8.654
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		242.741	126.492
Lucros recebidos		718	5.105
Depósitos judiciais		(3.966)	1.303
Outros créditos		(35.474)	(33.678)
Estoques		(4.585)	715
Imposto de renda e contribuição social		1.608	(1.963)
Outros tributos correntes a recuperar		(49.119)	(2.939)
Despesas antecipadas		(233)	7
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		53.954	13.907
Fornecedores		5.265	(203.520)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(256.805)	(250.259)
Outras obrigações fiscais		29.375	(12.591)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	17.7	(50.389)	(50.992)
Benefícios pós-emprego	18.4	(33.808)	(23.090)
Encargos do consumidor a recolher		3.189	417
Pesquisa e desenvolvimento	20.2	(14.160)	(12.503)
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	21.1	(74)	-
Outras contas a pagar		(10.571)	8.770
Provisões para litígios	23.1	(9.801)	(13.916)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		832.917	573.925

(continua)



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		165.727	18.301
Adições em investimentos	12.1	(48.057)	(217)
Adições no imobilizado	13.2	(798.172)	(726.919)
Participação financeira do consumidor	13.2	15	-
Adições no intangível	14.1	(5.205)	(156)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(685.692)	(708.991)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingresso de empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros	17.7	44.723	64.212
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	17.7	(22.880)	(27.293)
Caixa recebido na incorporação das Centrais Eólicas do Paraná Ltda	12.1	950	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(189.304)	(497.460)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(166.511)	(460.541)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19.286)	(595.607)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	216.495	812.102
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	197.209	216.495
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19.286)	(595.607)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa

Transações não envolvendo caixa

Aquisições de imobilizado com acréscimo no saldo de fornecedores	119.590	64.913
--	---------	--------

**Demonstrações do Valor Adicionado**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	31.12.2012	31.12.2011
Receitas			
Geração de energia, serviços e outras receitas		2.524.589	2.208.051
Receita de construção		931.947	721.152
Outras receitas		571	11
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.5	35.576	(35.520)
Total		3.492.683	2.893.694
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		173.707	79.023
Encargos de uso da rede elétrica		229.902	211.677
Material, insumos e serviços de terceiros		134.583	125.917
Custo de construção		846.964	648.692
Perda / Recuperação de valores ativos		582	918
Outros insumos		119.996	133.361
Total		1.505.734	1.199.588
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.986.949	1.694.106
(-) Depreciação e amortização	26	254.324	258.907
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.732.625	1.435.199
(+) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras	27	68.171	132.486
Resultado de participações societárias		16.041	(3.487)
Outras receitas		1.136	1.207
Total		85.348	130.206
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.817.973	1.565.405

(continua)



Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	31.12.2012	%	31.12.2011	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	26.3	208.880		177.822	
Planos previdenciário e assistencial	18.3	48.042		39.953	
Auxílio alimentação e educação	26.3	18.049		14.619	
Encargos sociais - FGTS		15.203		12.057	
Indenizações trabalhistas	26.3	50.975		19.359	
Participação nos lucros e/ou resultados	26.3	5.594		9.109	
Apropriação no imobilizado e no intangível em curso		(21.744)		(12.904)	
Total		324.999	17,9	260.015	16,6
Governo					
Federal		664.898		579.872	
Estadual		55.790		50.402	
Municipal		1.486		1.170	
Total		722.174	39,7	631.444	40,3
Terceiros					
Juros e multas		56.505		62.434	
Arrendamentos e aluguéis	28.1	6.421		5.669	
Doações, subvenções e contribuições	26.7	7.350		6.923	
Total		70.276	3,9	75.026	4,8
Acionistas					
Remuneração do capital próprio		219.160		226.913	
Dividendos propostos		13.362		8.388	
Lucros retidos na empresa		468.002		363.619	
Total		700.524	38,5	598.920	38,3
		1.817.973	100,0	1.565.405	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Contexto Operacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel Geração e Transmissão ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). Explora os serviços de geração e de transmissão de energia elétrica através de 18 usinas hidrelétricas, uma eólica e uma termelétrica, totalizando 4.736,11 MW de capacidade instalada, o serviço de transmissão, através de 31 subestações com tensões iguais ou superiores a 230 kV, e 2.023,30 km de linhas de transmissão, pertencentes à rede básica do sistema brasileiro de transmissão, todas localizadas no Estado do Paraná.

As controladas estão identificadas na NE^o 12.2 e as participações em consórcio nas NEs n.^{os} 13.5 e 13.8.

As datas de vencimento das concessões e autorizações estão divulgadas na NE^o 29.4.6.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as orientações, as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02.04.2013.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.



As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto da Copel Geração e Transmissão foram incluídas na consolidação da controladora final, Copel, disponibilizada ao público em 25.03.2013 e, por este motivo, não são consolidadas nestas demonstrações financeiras, como permitido pelo CPC 36, no item 10.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

De acordo com os CPCs, a preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 7 - Contas a Receber Vinculadas à Concessão;

NE nº 8 - Contas a Receber Vinculadas às Prorrogação de Concessão;

NE nº 10.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e

NE nº 28 - Contratos de Arrendamento Operacional.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.10 - Avaliação do valor de recuperação dos ativos;

NE nº 3.18.1 - Receita não faturada;

NE nº 6 - Clientes (PCLD, CCEE e Receita não faturada);

NE nº 13 - Imobilizado;

NE nº 14 - Intangível;

NE nº 18 - Benefícios Pós-Emprego;



NE nº 23 - Contingências e Provisões para Litígios; e

NE nº 29 - Instrumentos Financeiros.

2.5 Reclassificações

2.5.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

No exercício de 2012, a Companhia passou a compensar os ativos e os passivos fiscais diferidos apresentando-os de forma líquida, quando há o direito legalmente executável para compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes.

Para fins de comparação, os saldos das contas Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 31.12.2011 estão sendo rerepresentados com as compensações entre ativo e passivo, conforme demonstrado a seguir:

	Publicado	Reclassificado
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
Ativo não circulante	180.073	-
Passivo não circulante	823.222	643.149

2.5.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia revisou, no exercício, a Demonstração do Valor Adicionado. Foram destacados as receitas e os custos de construção de ativos próprios e efetuada a reclassificação de Dividendos adicionais propostos, de Remuneração do capital próprio para Lucros retidos na empresa.

Para fins de comparação, o Valor adicionado a distribuir e a Distribuição do valor adicionado referentes ao exercício de 2011 foram alterados, conforme demonstrado a seguir:

	Publicado	Reclassificado
Demonstração do Valor Adicionado		
Valor adicionado a distribuir	1.503.228	1.565.405
Distribuição do valor adicionado	1.503.228	1.565.405

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, e que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.



3.2 Títulos e valores mobiliários

Estes instrumentos financeiros são classificados como disponíveis para venda, mantidos para negociação e mantidos até o vencimento. O tratamento contábil destes instrumentos financeiros está descrito no item 3.21.

3.3 Clientes

São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados com base no regime de competência.

Os saldos de parcelamento de débitos de clientes são trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

O saldo de clientes é apresentado líquido da provisão da créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço.

3.4 Contas a receber vinculadas à concessão

Refere-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários e (ii) a remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.



3.5 Estoques (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus preços estimados de venda (valor realizável), deduzidos de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.6 Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Os tributos diferidos são apurados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela



mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09, criou o Regime Tributário de Transição - RTT, aplicável à pessoa jurídica sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real. A adoção deste regime foi optativa para os anos de 2008 e 2009, sendo que para o ano de 2010 passou a ser obrigatória e vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Este regime tem como objetivo neutralizar o potencial impacto tributário decorrente das modificações dos critérios de reconhecimento contábeis das receitas, custos e despesas introduzidas pela Lei nº 11.638/2007.

Com a adoção deste regime, as modificações dos critérios de reconhecimento das receitas, custos e despesas não geram efeitos na apuração da base de cálculo dos tributos, tanto sobre as receitas quanto sobre o lucro, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007.

3.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitadas ao prazo da concessão, quando após a análise jurídica se o direito de indenização sobre os ativos residuais não estiver assegurado. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

3.8 Intangível

3.8.1 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.



3.8.2 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9 Intangíveis - concessões

Os valores alocados como ativo intangível quando da aquisição de participações em companhias que detêm concessões estão sendo amortizados pelos respectivos prazos remanescentes de cada concessão (direito de concessão adquirido com vida finita).

3.10 Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.11 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é registrado no passivo na data em que são aprovados e declarados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

3.12 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 18. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM 600/09, do CPC 33/IAS19.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.



Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos nos resultados na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado, dos dois, o maior.

3.13 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08, 316/08 e 504/12.

3.14 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

3.15 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.16 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.



As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.17 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.18 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

3.18.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, após a medição mensal e até o último dia do mês.

3.18.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato, que é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório;
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente; e
- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.



3.18.3 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.18.4 Receita de aluguel

A política da Companhia para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na NE nº 3.22.1 Arrendamento - A Companhia como arrendadora.

3.19 Receita de construção e custo de construção

A ICPC 01/IFRIC 12 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica conforme estágio de execução.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade transmissão referente ao exercício de 2012 e de 2011 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.20 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.21 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito a seguir:



Ativos financeiros

3.21.1 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como “mantidos até o vencimento”. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

3.21.2 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

A mensuração inicial e subsequente dos instrumentos financeiros classificados como “disponível para venda” é efetuada com base no valor justo, sendo que a variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como “disponível para venda”, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do exercício.

3.21.3 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e/ou suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

3.21.4 Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.21.5 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.



3.21.6 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

3.21.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

3.21.8 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados “ao valor justo por meio do resultado” quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na NE nº 29.1.

3.21.9 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, bem como alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.21.10 Baixas de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.21.11 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.



3.22 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

3.22.1 A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

3.22.2 A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

3.23 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período.

3.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo CPC. A Companhia está analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

- IAS 19 - Benefícios a Empregados;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 11 - Acordos em Conjunto;
- IFRS 12 – Divulgação sobre Participações em Outras entidades
- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo;
- IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e
- IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação.



O efeito estimado da revisão do CPC 33/IAS 19, com a eliminação do diferimento das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor), resultará no aumento do passivo atuarial em R\$ 72.747 tendo como contrapartida um aumento do ativo fiscal diferido em R\$ 24.734, e uma redução de R\$ 48.013 no patrimônio líquido da Companhia.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e bancos conta movimento	4.564	2.158
Aplicações financeiras de liquidez imediata	192.645	214.337
	197.209	216.495

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e as operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100,75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2012 e 101,0% em 31.12.2011.



5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível		31.12.2012	31.12.2011
	NE nº 29.2	Indexador		
Títulos disponíveis para venda				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	31.774	79.424
Operação Compromissada	2	CDI	120.740	32.705
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	-	46.322
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1	CDI	-	31.451
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	1	IPCA	-	1.956
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	103.250	209.283
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	106.727	103.520
Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB	2	CDI	8.643	19.296
Letras Financeiras Ligadas à Caixa Econômica Federal - LF Caixa	2	CDI	5.696	8.270
			376.830	532.227
Títulos para negociação				
Derivativos	1	DI Futuro BMF	-	1
			-	1
Títulos mantidos até o vencimento				
LFT		Selic	-	5.920
LF Caixa		CDI	7.706	11.189
			7.706	17.109
			384.536	549.337
		Circulante	291.709	487.406
		Não circulante	92.827	61.931

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

Entre os principais valores aplicados, estão:

Principais valores aplicados	31.12.2012	31.12.2011
	Fundo exclusivo no Banco do Brasil	173.046
Fundo exclusivo na Caixa Econômica Federal	91.807	189.358
Garantias para leilões da Aneel	21.427	13.231
Garantia para Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	28.281	13.940
Garantia de financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas - UHEs e Linhas de Transmissão - LTs	32.144	18.764
Garantia para atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	31.290	-



6 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2012	31.12.2011
Consumidores					
Industrial	10.439	831	986	12.256	15.260
Parcelamento de débitos	-	-	1.434	1.434	1.434
	10.439	831	2.420	13.690	16.694
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	175.347	-	14.468	189.815	204.609
Contratos bilaterais	21.421	-	94	21.515	12.852
CCEE	2.054	-	-	2.054	14.726
Ressarcimento de geradores	-	-	1.288	1.288	1.288
	198.822	-	15.850	214.672	233.475
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede básica e de conexão	35.695	360	3.745	39.800	35.459
	35.695	360	3.745	39.800	35.459
PCLD (6.1)	-	-	(2.539)	(2.539)	(38.251)
	244.956	1.191	19.476	265.623	247.377

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é 12 dias e de 10 dias para as concessionárias e permissionárias de suprimento de energia elétrica.

6.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Saldo	Adições	Saldo	Adições / (reversões)	Saldo
	1º.01.2011		31.12.2011		31.12.2012
Consumidores, concessionárias e permissionárias					
Industrial	986	-	986	1.434	2.420
Concessionárias e permissionárias	119	37.146	37.265	(37.146)	119
	1.105	37.146	38.251	(35.712)	2.539

Foi constituída PCLD em 2011, no valor de R\$ 37.146, referente a diferenças nos preços faturados na venda de energia da Usina Hidrelétrica de Mauá e revertida em 2012, conforme decisão da Administração baseada no Despacho da Aneel nº 1.611 de 17.04.2012.



7 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

7.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo Não Circulante	Total
Em 1º.01.2011	54.700	785.457	840.157
Transferências do não circulante para o circulante	222.245	(222.245)	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(196.319)	-	(196.319)
Transferências para imobilizado em serviço	-	(1.004)	(1.004)
Remuneração	-	330.217	330.217
Receita de construção	-	118.815	118.815
Em 31.12.2011	80.626	1.011.240	1.091.866
Transferências do não circulante para o circulante	269.163	(269.163)	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(225.275)	-	(225.275)
Transferências para contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	(119.195)	(934.945)	(1.054.140)
Transferências para imobilizado em serviço	-	(713)	(713)
Remuneração	-	396.168	396.168
Receita de construção	-	59.977	59.977
Em 31.12.2012	5.319	262.564	267.883

7.2 Compromissos relativos às concessões de transmissão

7.2.1 LT 500 kV Araraquara 2 - Taubaté

Linha de transmissão arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010.

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à LT 500 kV Araraquara 2 - Taubaté montam em R\$ 281.963 em 31.12.2012.

7.2.2 Subestação Cerquilho III 230 kV

Subestação em 230/138 kV (300MVA) arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010.

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à Subestação Cerquilho III montam em R\$ 43.775 em 31.12.2012.

Em função do atraso na obtenção da licença de instalação os prazos de entrada em operação da LT Araraquara 2 - Taubaté foram estendidos em 18 meses e da Subestação Cerquilho III em 12 meses.

8 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão

Em 12.09.2012, foi publicada a Medida Provisória 579 (MP 579) que dispõe sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, alcançadas pela Lei nº 9.074/95.



Em 17.09.2012 foi publicado o Decreto 7.805 que regulamenta a MP 579. De acordo com a MP 579, as Companhias que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, tiveram a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do Poder Concedente, uma única vez pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitassem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A mencionada prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão.

Em 1º.11.2012, através das Portarias 578 e 579 e Portaria Interministerial 580, o Ministério de Minas e Energia informou os valores das novas Receitas Anuais Permitidas - RAP, aplicáveis a partir de 1º.01.2013 para os contratos de transmissão, descritas na nota técnica 383/12 - SRE/ANEEL, assim como informou o valor da indenização que a Companhia faz jus no Contrato de Concessão de Transmissão nº 060, no montante de R\$ 893.923, considerando apenas os ativos que entraram em operação após maio de 2000, conforme nota técnica 396/2012 - SRE/ANEEL.

Em 02.12.2012, a Companhia assinou termo aditivo do contrato em questão. A remuneração dos ativos homologada, para os ativos em operação após maio de 2000, será recebida em 30 parcelas mensais calculadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remunerada pelo Custo Médio Ponderado de Capital - WACC de 5,59% real ao ano, sendo a primeira parcela recebida em janeiro de 2013. Após negociação entre as empresas do setor e o Poder Concedente, este retificou o tratamento a ser dado aos ativos existentes em 31.05.2000, com a publicação em 30.11.2012 da MP 591/12, reconsiderando o direito de indenização destes ativos para os quais ainda não houve definição do valor a ser indenizado. O Congresso Nacional publicou no Diário Oficial da União em 04.03.2013 a prorrogação por mais 60 dias da MP 591, que altera a MP 579. Com a promulgação da Lei nº 12.783 em 11.01.2013, ocorreu a conversão da MP 579 e foram estabelecidas as diretrizes para a indenização destes ativos:

- (a) o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente;
- (b) fica o Poder Concedente autorizado a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação prevista nesta Lei, nas concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074/95, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31.05.2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel; e



(c) o valor da indenização será atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária pelo prazo de 30 anos, conforme regulamento.

A Aneel por meio do Ofício Circular 18/2012 - SRE/ANEEL complementado pelo Ofício Circular 01/2013 - SRE/ANEEL solicitou às concessionárias de transmissão a relação dos ativos não indenizados e, em 31.01.2013, a Companhia informou a relação destes ativos.

A Administração da Companhia avaliou estes ativos, utilizando a metodologia do valor novo de reposição, com base no banco de preço regulatório, homologado pela Resolução Homologatória nº 758/2009. Apesar do poder concedente ainda não ter divulgado o regulamento sobre a forma do pagamento da remuneração dos ativos e de existirem incertezas quanto a homologação dos investimentos realizados, a expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados em 31.12.2012. Portanto, em função da necessidade de homologação dos investimentos feitos e da falta de regulamentação do critério de remuneração do ativo financeiro o saldo em 31.12.2012 de R\$ 160.217 poderá ser modificado em função da resolução do mencionado assunto.

O processo de prorrogação da concessão de transmissão não gerou efeito relevante sobre o exercício findo em 31.12.2012.

O valor da expectativa da remuneração dos ativos foi transferido do grupo de contas a receber vinculados à concessão (NE nº 7).

8.1 Mutação das contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2012	-	-	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão - RBNI	-	893.923	893.923
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão - RBSE	-	160.217	160.217
Transferências do não circulante para o circulante	352.161	(352.161)	-
Variação monetária	3.924	15.826	19.750
Em 31.12.2012	356.085	717.805	1.073.890



9 Outros Créditos

	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedores	26.148	5.422
Parcerias em consórcios	25.540	29.483
Serviços em curso (9.1)	9.482	8.114
Adiantamento a empregados	8.577	3.330
Adiantamento para indenizações imobiliárias	3.840	886
Outros créditos	19.074	14.620
	92.661	61.855
Ativo não circulante		
Serviços em curso (9.1)	4.535	-
Outros créditos	1.878	1.878
	6.413	1.878

9.1 Serviços em curso

Referem-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

10 Tributos

10.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	124.266	133.451
IR e CSLL a compensar com o passivo	(123.457)	(131.208)
	809	2.243
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	263.071	264.556
IR e CSLL a compensar com o ativo	(123.457)	(131.208)
	139.614	133.348

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar, conforme legislação tributária brasileira.

10.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.



10.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31.12.2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31.12.2012
Ativo não circulante							
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	-	-	2.486	-	-	2.486
Planos previdenciário e assistencial	36.943	5.123	-	42.066	6.068	-	48.134
Regime tributário de transição - RTT							
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	-	-	-	-	28.351	-	28.351
Outras adições temporárias							
Provisões para litígios	32.793	37.419	-	70.212	37.101	-	107.313
PSDV	-	3.581	-	3.581	14.077	-	17.658
Provisão para P&D e PEE	2.337	2.820	-	5.157	3.259	-	8.416
PCLD	1.879	12.077	-	13.956	(12.121)	-	1.835
Amortização do direito de concessão	18.344	-	-	18.344	-	-	18.344
Provisão para perdas de investimentos	355	-	-	355	-	-	355
Provisão para perdas tributárias	-	4.633	-	4.633	(1.066)	-	3.567
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	6.922	-	-	6.922
Provisão para compra de energia	-	8.050	-	8.050	631	-	8.681
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	-	3.186	-	3.186	(1.284)	-	1.902
Outros	645	480	-	1.125	(309)	-	816
	102.704	77.369	-	180.073	74.707	-	254.780
(-) Passivo não circulante							
Regime tributário de transição - RTT							
Efeitos do CPC 27 custo atribuído	793.691	-	(52.496)	741.195	(52.035)	-	689.160
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	26.606	20	52.496	79.122	(79.122)	-	-
Efeitos do CPC 38 instrumentos financeiros	-	-	1.007	1.007	-	135	1.142
Outras exclusões temporárias							
Capitalização encargos financeiros	1.898	-	-	1.898	-	-	1.898
Diferimento de ganho de capital	-	-	-	-	175.450	-	175.450
	822.195	20	1.007	823.222	44.293	135	867.650
Líquido	(719.491)	77.349	(1.007)	(643.149)	30.414	(135)	(612.870)

10.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

O crédito fiscal oriundo do plano previdenciário e assistencial foi calculado sob a provisão atuarial apurada por avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração da Controladora aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:



2013	(67.485)
2014	(103.265)
2015	(68.175)
2016	(36.425)
2017	(37.324)
2018 a 2020	(112.193)
2021 a 2023	(127.020)
após 2023	(60.983)
	(612.870)

10.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante		
ICMS a recuperar (10.3.1)	5.929	1.116
PIS/Pasep e Cofins a compensar	2.193	5.199
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(1.607)	(5.199)
Outros tributos a compensar	356	428
	6.871	1.544
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar (10.3.1)	2.402	2.231
PIS/Pasep e Cofins	48.392	-
	50.794	2.231
Passivo circulante		
ICMS a recolher	4.305	3.674
PIS/Pasep e Cofins a recolher	13.630	12.257
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	(1.607)	(5.199)
IRRF sobre JSCP	32.874	5.884
Outros tributos	1.558	4.769
	50.760	21.385

10.3.1 ICMS a recuperar

Os saldos apresentados como ICMS a recuperar referem-se principalmente a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado, instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48, conforme determina a Lei Complementar nº 102/00.

10.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2012	31.12.2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	933.181	786.127
IRPJ e CSLL (34%)	(317.282)	(267.283)
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	5.447	(1.185)
Juros sobre o capital próprio	74.514	77.150
Despesas indedutíveis	(30)	(655)
Incentivos fiscais	4.682	4.742
Outros	12	24
IRPJ e CSLL correntes	(263.071)	(264.556)
IRPJ e CSLL diferidos	30.414	77.349
Alíquota efetiva - %	24,9%	23,8%



11 Depósitos Judiciais

	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais	274	258
Trabalhistas	11.908	8.172
Cíveis		
Cíveis	4.248	3.628
Serviços de passagem	6.433	6.612
	10.681	10.240
Outros	1.452	1.679
	24.315	20.349

12 Investimentos

12.1 Mutação dos investimentos

	Saldo em 1º.01.2012	Equivalência patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾	Dividendos e JSCP propostos	Resgate das quotas	Saldo em 31.12.2012
Controladas (12.2)						
Centrais Eólicas do Paraná (12.2.1)	2.861	(20)	-	(718)	(2.123)	-
UEG Araucária	382.333	17.021	-	-	-	399.354
	385.194	17.001	-	(718)	(2.123)	399.354
Controlada em conjunto (12.2)						
Costa Oeste	204	(378)	1.223 ⁽¹⁾	-	-	1.049
Marumbi	8	(274)	2.478 ⁽¹⁾	-	-	2.212
Transmissora Sul Brasileira	2	1	9.574 ⁽¹⁾⁽²⁾	-	-	9.577
Caiuá	-	(193)	7.940 ⁽¹⁾⁽²⁾	-	-	7.747
Integração Maranhense	-	(59)	9.689 ⁽¹⁾⁽²⁾	-	-	9.630
Matrinchá	-	85	10.045 ⁽¹⁾	-	-	10.130
Guaraciaba	-	(142)	7.105 ⁽¹⁾	-	-	6.963
	214	(960)	48.054	-	-	47.308
Outros investimentos						
Bens e direitos para uso futuro	278	-	-	-	-	278
Estudos e projetos	1.187	-	3	-	-	1.190
	1.465	-	3	-	-	1.468
	386.873	16.041	48.057	(718)	(2.123)	448.130

⁽¹⁾ Aporte para aquisição de investimentos

⁽²⁾ Afac - Aiantamento para futuro aumento de capital



	Saldo em 1º.01.2011	Equivalência patrimonial	Aportes	Distribuição de lucros	Transferência para bens destinados a alienação	Baixas	Saldo em 31.12.2011
Controladas							
Centrais Eólicas do Paraná	2.769	717	-	(625)	-	-	2.861
UEG Araucária	386.537	(4.204)	-	-	-	-	382.333
	389.306	(3.487)	-	(625)	-	-	385.194
Controladas em conjunto							
Costa Oeste	-	-	204	-	-	-	204
Marumbi	-	-	8	-	-	-	8
Sul Brasileira	-	-	2	-	-	-	2
	-	-	214	-	-	-	214
Outros investimentos							
Bens e direitos para uso futuro	303	-	-	-	(25)	-	278
Estudos e projetos	1.201	-	3	-	-	(17)	1.187
	1.504	-	3	-	(25)	(17)	1.465
	390.810	(3.487)	217	(625)	(25)	(17)	386.873

12.2 Controladas e controladas em conjunto

Percentual de participação no capital social	%	Atividade principal
Controladas		
UEG Araucária Ltda.	60,00	geração de energia elétrica utilizando gás natural
Centrais Eólicas do Paraná Ltda. (12.2.1)	-	geração de energia elétrica utilizando fonte eólica
Controladas em conjunto		
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (a)	51,00	transmissão de energia elétrica
Marumbi Transmissora de Energia S.A. (a)	80,00	transmissão de energia elétrica
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (a)	20,00	transmissão de energia elétrica
Caiuá Transmissora de Energia S.A. (a)	49,00	transmissão de energia elétrica
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (a)	49,00	transmissão de energia elétrica
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. (a)	49,00	transmissão de energia elétrica
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A. (a)	49,00	transmissão de energia elétrica
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (a) (12.2.2)	24,50	transmissão de energia elétrica

a) Encontram-se em fase pré-operacional.

12.2.1 Centrais Eólicas do Paraná Ltda.

Sociedade limitada em que a Copel detinha 30% e a Copel Geração e Transmissão 70% do capital social. Conforme o Distrato do Contrato Social de 31.05.2012, a divisão do patrimônio das Centrais Eólicas do Paraná, no valor de R\$ 3.033, foi realizada na exata proporção das participações de seus sócios: i) a importância de R\$ 910 foi depositada em conta corrente da Copel; e ii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 2.123, foi vertido integralmente ao patrimônio da Copel Geração e Transmissão, uma vez que lhe foi transferida a autorização da Central Geradora Eólica Palmas, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 3.319, de 24.01.2012.

**Centrais Eólicas
em 31.05.2012**

ATIVO	3.033
Ativo Circulante	2.037
Ativo Não Circulante	996
PASSIVO	3.033
Patrimônio Líquido	3.033

12.2.2 Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 24,5% do capital social votante, constituída em 21.12.2012 para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, tem como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 07/2012, realizado em 19.12.2012, sendo principalmente linha de transmissão em 500 kV com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação de Barreiras II e término da subestação de Rio das Éguas; linha de transmissão em 500 kV com extensão aproximada de 373 km, com origem na subestação de Rio das Éguas e término da subestação de Luziânia; linha de transmissão em 500 kV com extensão aproximada de 350 km, com origem na subestação de Luziânia e término da subestação de Pirapora 2 e equipamentos compensação reativa e respectivas conexões, entradas de linha, interligações de barramentos; localizadas nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e, a critério exclusivo do poder concedente, poderá ser renovado por no máximo igual período.

13 Imobilizado**13.1 Imobilizado por classe de ativo em serviço e em curso**

	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
			31.12.2012			31.12.2011
Reservatórios, barragens, adutoras	6.787.027	(4.275.842)	2.511.185	6.787.026	(4.141.109)	2.645.917
Máquinas e equipamentos	3.167.209	(1.849.705)	1.317.504	3.160.439	(1.758.035)	1.402.404
Edificações	1.302.230	(945.297)	356.933	1.299.094	(918.588)	380.506
Terrenos	175.909	-	175.909	175.448	-	175.448
Veículos	52.255	(25.338)	26.917	34.425	(25.246)	9.179
Móveis e utensílios	6.556	(5.290)	1.266	6.614	(5.169)	1.445
	11.491.186	(7.101.472)	4.389.714	11.463.046	(6.848.147)	4.614.899
Em curso	2.245.507	-	2.245.507	1.354.363	-	1.354.363
Obrigações especiais	(15)	-	(15)	-	-	-
	13.736.678	(7.101.472)	6.635.206	12.817.409	(6.848.147)	5.969.262



De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a tais serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP, as restrições de utilização da infraestrutura estão estabelecidas no artigo 19 do Decreto nº 2.003/96.

13.2 Mutação do Imobilizado

Saldos	Imobilizado		Total
	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2011	4.859.581	567.606	5.427.187
Programa de investimentos pagos	-	726.919	726.919
Programa de investimentos a pagar	-	64.913	64.913
Provisão para litígios	-	16.064	16.064
Imobilizações de obras	20.138	(20.138)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	1.004	-	1.004
Quotas de depreciação no resultado	(258.615)	-	(258.615)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	444	-	444
Baixas	(7.653)	(1.001)	(8.654)
Em 31.12.2011	4.614.899	1.354.363	5.969.262
Efeito da incorporação das Centrais Eólicas do Paraná - Ceolpar	996	-	996
Programa de investimentos pagos	-	798.172	798.172
Programa de investimentos a pagar	-	119.590	119.590
Participação financeira do consumidor	-	(15)	(15)
Provisão para litígios	-	3.855	3.855
Imobilizações de obras	28.223	(28.223)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	713	-	713
Quotas de depreciação no resultado	(253.058)	-	(253.058)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(1.636)	-	(1.636)
Baixas	(423)	(2.250)	(2.673)
Em 31.12.2012	4.389.714	2.245.492	6.635.206



Efeitos da Lei nº 12.783/2012 no imobilizado da Geração

Em 12.09.2012, foi publicada a Medida Provisória nº 579 (MP 579) que dispõe sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, alcançadas pela lei nº 9.074 de 1995. Em 17.09.2012 foi publicado o Decreto nº 7.805 que regulamenta a MP nº 579. De acordo com a MP 579/12, as Companhias que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do poder concedente, uma única vez pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A referida prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo poder concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão.

A Companhia não manifestou interesse em prorrogar as concessões de geração vincendas até 2017 e, por conseguinte, o evento da MP nº 579 e normativas posteriores publicadas, para aquelas Usinas, não afetará o fluxo de caixa previsto até o final das atuais concessões.

Isso é válido para a previsão de receitas e, também, para a expectativa de indenização ao final da concessão. O Decreto nº 7.850/12, a a premissa atualmente adotada nos testes, pois restabelece a condição de indenização a valor novo de reposição - VNR, a critério do poder concedente, do saldo residual dos ativos contabilizados em cada concessão.

A administração da Companhia entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para cálculo de recuperação a metodologia do VNR, conforme definido pela Lei nº 12.783/12.

13.3 Taxas de depreciação

	Taxas de depreciação (%)	
	31.12.2012	31.12.2011
Geração		
Equipamento geral	6,22	9,73
Geradores	2,83	3,09
Reservatórios, barragens e adutoras	1,99	2,00
Turbina hidráulica	2,45	2,47
Administração central		
Edificações	3,33	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	6,26	10,00
Móveis e utensílios	6,25	10,00
Veículos	14,29	20,00

A Companhia, quando aplicável, utiliza as taxas de depreciação definidas pelo órgão regulador, em virtude do direito de indenização ao final do contrato de concessão.



A partir de 1º.01.2012, as taxas de depreciação sofreram alterações em virtude da revisão das vidas úteis realizadas pelo Órgão Regulador (Aneel), conforme Resolução Normativa nº 474, de 07.02.2012. O efeito no resultado foi de R\$ 458.

A taxa média para máquinas e equipamentos é de 2,94%.

Depreciação de ativos que integram o Projeto Original das Usinas de Mauá e Colíder

A Companhia tem ativos das usinas de Mauá e Colíder em que considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão dos empreendimentos, do valor residual dos bens que integram o projeto original. Esta interpretação está fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96.

Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados serão indenizados ao final do prazo das concessões, logo estes ativos serão depreciados com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

13.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro de seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor em uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil; e
- apuração do valor em uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.



Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida por meio de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, referenciada pelo órgão regulador e aprovada pela Administração da Companhia.

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Apesar de não ter ocorrido nenhum indicador de perda de valor recuperável de seus ativos operacionais, a Companhia realizou o teste de recuperação.

Com base nas premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

13.5 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - UHE Mauá

O consórcio formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10.10.2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá, que terá 363 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 03.07.2007, data da assinatura do contrato.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 352 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 363 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro - leste do Estado do Paraná.

Em 17.11.2008, a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou financiamento para a Usina Hidrelétrica de Mauá. O valor financiado corresponde a aproximadamente 70% do total a ser desembolsado pela Companhia naquela usina.

A energia da Usina Hidrelétrica de Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 112,96/MWh, na data-base de 1º.11.2006, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 156,35 em 31.12.2012. Foram negociados 192 MW médios, fornecidos a partir de janeiro de 2011 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, de 197,7 MW médios, após a completa motorização.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



O empreendimento possui Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e Projeto Básico Ambiental apresentados em audiências e reuniões públicas e aprovados pelo Órgão Licenciador, o que permitiu a emissão da Licença de Instalação nº 6.496/08. A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica de Mauá foi assinada em 21.07.2008.

Devido à liminar judicial no âmbito da Ação Civil Pública nº 1999.7001.007514-6, que provocou atraso no início da geração comercial de cada uma das unidades geradoras, a Companhia está lastreando os CCEARs relativos à UHE Mauá com geração própria e com energia adquirida em contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 28.06.2012 foi realizado o fechamento das comportas das estruturas de desvio do rio, iniciando o enchimento do reservatório. As unidades geradoras 1, 2 e 3 do empreendimento entraram em operação comercial no último semestre, sendo que as Unidades Geradoras 4 e 5 estão previstas para entrar em operação em Janeiro de 2013.

Os gastos realizados nesse empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado, na proporção de quota-parte. Em 31.12.2012, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 868.748.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Mauá montam em R\$ 19.227 em 31.12.2012 (R\$ 31.011 em 31.12.2011).

13.6 UHE Colíder

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, que terá 300 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato e Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região norte do Estado do Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da Usina Hidrelétrica Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro.

A energia da Usina Hidrelétrica Colíder foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 119,73 em 31.12.2012. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



A ordem de serviço que autoriza o início das obras de implantação foi assinada em 1º.03.2011.

Em dezembro de 2012 permanecem em execução as escavações da margem esquerda da barragem e o aterro da margem direita. Em andamento o concreto do vertedouro e a montagem das peças fixas das comportas. Prosseguem as concretagens na casa de força e a montagem dos tubos de sucção e ponte rolante. Concluído o aterro da subestação. Também em andamento as escavações para a escada de peixes.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso. Em 31.12.2012, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 1.063.149.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Colíder montam em R\$ 434.848 em 31.12.2012.

13.7 PCH Cavernoso II

Em 26.08.2010, no Leilão nº 07/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão comercializou a energia da PCH Cavernoso II, empreendimento com 19 MW de potência instalada, localizado no rio Cavernoso, nos municípios de Virmond e Candói, no Estado do Paraná. Em função dessa comercialização, obteve outorga de autorização para implantação e exploração do empreendimento, com prazo de 35 anos a partir de 28.02.2011, data da publicação da Portaria nº 133/11, do MME.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força de 19 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 50 mil habitantes.

A energia da PCH Cavernoso II foi comercializada à tarifa final de R\$ 146,99/MWh, na database de 1º.08.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 170,14 em 31.12.2012. Foram negociados 7,73 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2013 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida na Portaria nº 133, de 25.02.2011, do MME, é de 10,56 MW médios.

A Ordem de serviço que autoriza o início da mobilização e consequente início das obras de implantação foi assinada em 18.04.2011.

Os gastos realizados nesse empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso. Em 31.12.2012, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 100.684.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à PCH Cavernoso montam em R\$ 7.749 em 31.12.2012.



13.8 Consórcio Tapajós

A Copel Geração e Transmissão assinou Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo a avaliação ambiental integrada da Bacia do rio Tapajós e estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada.

As usinas que atualmente estão em estudo são Jatobá, com 2.338 MW, e São Luiz do Tapajós, a maior delas, com 6.133 MW, ambas no rio Tapajós. Já no rio Jamanxim, serão objetivo de estudo futuramente, as usinas de Cachoeira do Caí (802 MW), Cachoeira dos Patos (528 MW) e Jamanxim (881 MW).

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso, na proporção de quota-parte. Em 31.12.2012, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 5.302.

14 Intangível

	Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	Total
	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽²⁾		
						31.12.2012
Em serviço						
Com vida útil definida	12.905	(36)	15.158	(3.511)	43	24.559
Sem vida útil definida	-	-	-	-	18	18
	12.905	(36)	15.158	(3.511)	61	24.577
Em curso	15.101	-	991	-	4.312	20.404
	15.101	-	991	-	4.312	20.404
						44.981

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

⁽²⁾ Taxa anual de amortização: 20%

	Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	Total
	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾		
						31.12.2011
Em serviço						
Com vida útil definida	-	-	3.140	(2.281)	43	902
Sem vida útil definida	-	-	-	-	18	18
	-	-	3.140	(2.281)	61	920
Em curso	26.120	-	10.430	-	1.686	38.236
	26.120	-	10.430	-	1.686	38.236
						39.156

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

**14.1 Mutação do intangível**

Saldos	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2011	-	22.249	364	12.813	35.426
Programa de investimentos	-	-	-	156	156
Outorga Aneel - uso do bem público	-	3.871	-	-	3.871
Capitalizações	-	-	853	(853)	-
Quotas de amortização	-	-	(292)	-	(292)
Quotas de amortização - créditos de PIs/Pasep e Cofins	-	-	(5)	-	(5)
Em 31.12.2011	-	26.120	920	12.116	39.156
Programa de investimentos	-	-	-	5.205	5.205
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.886	-	-	1.886
Capitalizações	12.905	(12.905)	12.018	(12.018)	-
Quotas de amortização	(36)	-	(1.230)	-	(1.266)
Em 31.12.2012	12.869	15.101	11.708	5.303	44.981

14.2 Copel Geração e Transmissão

Ativo intangível relativo ao direito de Uso do Bem Público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo constituído durante o período de construção e amortizado pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Em 31.12.2012 a Companhia possuía os seguintes valores registrados: referentes ao Contrato de Concessão - UHE Mauá R\$ 12.869 (R\$ 12.341 em 31.12.2011) e ao Contrato de Concessão - UHE Colíder R\$ 15.101 (R\$ 13.779 em 31.12.2011).

14.3 Valor de recuperação do ativo intangível (vida útil definida)

Apesar de não haver indicadores de perda de recuperação, a Companhia apurou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- O crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- A taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital, conforme NE nº 13.4.

O valor recuperável desses ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.



15 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	16.241	10.250
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	9.785	6.217
	26.026	16.467
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	663	2
Férias	25.965	19.823
Participação nos lucros e/ou resultados	5.594	9.403
Desligamentos voluntários	51.932	10.533
Consignações a favor de terceiros	2	-
	84.156	39.761
	110.182	56.228

16 Fornecedores

	31.12.2012	31.12.2011
Energia elétrica	56.435	7.254
Materiais e serviços	315.736	119.422
Encargos de uso da rede elétrica	26.002	25.016
Repactuação Compagas	10.592	15.944
Gás para usina termelétrica - repactuação Petrobras	117.306	161.994
	526.071	329.630
	Circulante	419.896
	Não circulante - NC	106.175
		211.100
		118.530

17 Empréstimos e Financiamentos

Moeda Nacional				Passivo	Passivo	
	Principal	Encargos	31.12.2012	circulante	não circulante	
			Total	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Eetrobrás (17.1)	35.737	825	36.562	32.536	82.477	113.875
Finep (17.2)	1.951	10	1.961	1.962	1.952	3.904
BNDDES (17.3)	15.514	2.642	18.156	12.336	196.699	159.901
Banco do Brasil						
Repasse BNDDES (17.4)	12.316	2.659	14.975	12.318	157.268	159.869
	65.518	6.136	71.654	59.152	438.396	437.549
	65.518	6.136	71.654	59.152	438.396	437.549



17.1 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2012	31.12.2011	
1293/94	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	119.039	146.411	
						119.039	146.411	
						Circulante	36.562	32.536
						Não circulante	82.477	113.875

Destinação:

Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão

Garantias:

Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

17.2 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2012	31.12.2011	
2070791-00 (a)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,37% acima da TJLP	5.078	2.295	3.440	
2070790-00 (b)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,13% acima da TJLP	3.535	1.618	2.426	
						3.913	5.866	
						Circulante	1.961	1.962
						Não circulante	1.952	3.904

Destinação:

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007: (a)

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007: (b)

Garantias:

Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação



17.3 BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2012		31.12.2011		
			inicial	final							
820989.1 (a)	17.03.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	172.137	172.237			
1120952.1-A (b)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	39.568	-			
1120952.1-B (c)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	3.150	-			
							214.855	172.237			
							Circulante	18.156	12.336		
							Não circulante	196.699	159.901		

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado: (a)

Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste: (b)

Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais: (c)

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças: (a)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão: (b) e (c)

17.4 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2012		31.12.2011		
			inicial	final							
21/02000-0	16.04.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	172.243	172.187			
							172.243	172.187			
							Circulante	14.975	12.318		
							Não circulante	157.268	159.869		

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.

**17.5 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador**

	Variação da moeda e indexadores acumulada no período (%)		Composição dos empréstimos			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Moeda nacional						
TJLP	5,75	6,00	387.097	75,89	350.290	70,52
Finel	1,52	1,01	119.040	23,34	146.411	29,48
TR	0,29	1,21	3.913	0,77	-	-
			510.050	100,00	496.701	100,00
			510.050	100,00	496.701	100,00
			Circulante	71.654	59.152	
			Não circulante	438.396	437.549	

17.6 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	31.12.2012	31.12.2011
2013	-	53.922
2014	41.317	55.688
2015	59.119	53.736
2016	44.036	37.467
2017	27.943	21.200
2018	26.935	21.200
2019	26.935	21.200
2020	26.936	21.200
2021	26.935	21.200
2022	26.936	21.200
2023	26.936	21.200
após 2023	104.368	88.336
	438.396	437.549

17.7 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2011	9.233	-	37.000	425.628	471.861
Ingressos	-	-	-	64.212	64.212
Encargos	13	-	37.376	-	37.389
Variação monetária e cambial	(41)	-	83	1.482	1.524
Transferências	-	-	53.773	(53.773)	-
Amortização - principal	(4.827)	-	(22.466)	-	(27.293)
Amortização - juros e variação	(4.378)	-	(46.614)	-	(50.992)
Em 31.12.2011	-	-	59.152	437.549	496.701
Ingressos	-	-	-	44.723	44.723
Encargos	-	-	40.288	-	40.288
Variação monetária e cambial	-	-	166	1.441	1.607
Transferências	-	-	45.317	(45.317)	-
Amortização - principal	-	-	(22.880)	-	(22.880)
Amortização - juros e variação	-	-	(50.389)	-	(50.389)
Em 31.12.2012	-	-	71.654	438.396	510.050



17.8 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia contratou empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinado índice econômico-financeiro dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como, sem prévia e expressa autorização: não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório; não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas acima de R\$ 50.000; e não ter o seu do controle acionário alterado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas

Em 31.12.2012 todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

18 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

18.1 Plano de benefício previdenciário

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33/IAS 19 e IFRIC 14, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

18.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.



18.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2012	31.12.2011
Plano previdenciário (18.1)	299	3.913
Plano assistencial (18.2)	141.571	123.723
	141.870	127.636
Circulante	6.908	9.785
Não circulante	134.962	117.851

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2012	31.12.2011
Plano previdenciário (CD)	15.347	13.582
Plano previdenciário (CD) - administradores	17	-
Plano assistencial - pós-emprego	23.534	19.542
Plano assistencial	9.144	6.829
	48.042	39.953
(-) Apropriação no imobilizado e intangível em curso	(3.727)	(2.093)
	44.315	37.860

18.4 Mutação de benefícios pós-emprego

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2011	6.232	104.541	110.773
Apropriação do cálculo atuarial	-	19.542	19.542
Contribuições previdenciárias e assistenciais	20.411	-	20.411
Transferências	6.232	(6.232)	-
Amortizações	(23.090)	-	(23.090)
Em 31.12.2011	9.785	117.851	127.636
Apropriação do cálculo atuarial	-	23.534	23.534
Contribuições previdenciárias e assistenciais	24.508	-	24.508
Transferências	6.423	(6.423)	-
Amortizações	(33.808)	-	(33.808)
Em 31.12.2012	6.908	134.962	141.870

18.5 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09

18.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2012 e 2011, estão demonstradas a seguir:



	2012		2011	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,35%	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	3,31%	8,84%	5,39%	10,87%
Planos de benefícios assistenciais	3,45%	8,98%	5,39%	10,87%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,46%	2,00%	7,30%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 83
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light M

18.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano BD	Plano CD
Em 31.12.2012		
Participantes aposentados	18,00	25,30
Participantes pensionistas	21,30	33,80
Em 31.12.2011		
Participantes aposentados	21,50	26,19
Participantes pensionistas	23,06	31,46

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64 anos.

18.5.3 Avaliação atuarial

Planos de benefícios definidos	Plano previdenciário	Plano assistencial	31.12.2012
Obrigações total ou parcialmente cobertas	1.753.421	261.948	2.015.369
Valor justo dos ativos do plano	(2.006.991)	(46.044)	(2.053.035)
Estado de cobertura do plano	(253.570)	215.904	(37.666)
Ganhos/perdas atuariais diferidos	-	(72.747)	(72.747)
Ativo não reconhecido	253.570	-	253.570
Total do passivo	-	143.157	143.157

Até o final deste exercício, os ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais foram reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente foram reconhecidos na extensão que superassem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado. A partir de 01 de janeiro de 2013, com as alterações introduzidas através do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionado a Norma Internacional de Contabilidade - IAS 19 Employee Benefits (IASB - BV 2012), aprovado pela Deliberação CVM nº 695, os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente (vide nota 3.24).



A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

18.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 01.01.2012	1.039.401	152.986
Custo de serviço	90	639
Custo dos juros	64.155	22.581
Benefícios pagos	(82.049)	(4.116)
(Ganhos) / perdas atuariais	731.824	89.858
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2012	1.753.421	261.948

18.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 01.01.2012	1.087.522	32.971
Retorno esperado dos ativos	115.076	3.785
Contribuições e aportes	7.256	-
Benefícios pagos	(82.049)	(4.116)
Ganhos / (perdas) atuariais	879.186	13.404
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2012	2.006.991	46.044

18.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2013, segundo critérios atuariais da Deliberação CVM nº 695/12, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total
			2013
Custo do serviço corrente	327	2.098	2.425
Custo estimado dos juros	123.466	17.827	141.293
Rendimento esperado do ativo do plano	(171.046)	(4.063)	(175.109)
Contribuições estimadas dos empregados	(92)	-	(92)
Custos (receitas)	(47.345)	15.862	(31.483)

18.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.



	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	3,31%	-7,09%	11,95%
Impactos em milhares de reais - R\$		(120.909)	211.083
Impactos nas obrigações do programa de saúde	3,45%	-12,52%	17,95%
Impactos em milhares de reais - R\$		(20.447)	29.843
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	10,99%	-9,63%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		24.138	(21.150)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,18%	2,12%
Impactos em milhares de reais - R\$		(17.423)	28.123
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-1,22%	1,00%
Impactos em milhares de reais - R\$		(511)	991

18.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia nos próximos cinco anos e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes são apresentados abaixo:

	Plano previdenciário	Outros Benefícios	Total
2013	129.337	10.943	140.280
2014	133.674	10.944	144.618
2015	137.840	10.944	148.784
2016	141.069	10.945	152.014
2017	143.490	10.945	154.435
2018 a 2045	3.030.447	197.716	3.228.163

18.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2012 e a alocação-meta para 2013, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2013	2012
Renda fixa	85,8%	87,4%
Renda variável	10,3%	9,4%
Empréstimos	1,5%	1,5%
Imóveis	1,7%	1,6%
Investimentos estruturados	0,7%	0,1%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:



	meta (%) ^(*)	Plano I e II (BD)	meta (%)	Plano III (CD)
		mínimo (%)		mínimo (%)
Renda fixa	93,0%	87,0%	67,2%	56,0%
Renda variável	1,0%	0,0%	23,8%	10,0%
Empréstimos	1,0%	0,0%	3,5%	2,0%
Imóveis	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	2,5%	0,0%	4,5%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano

A administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

Em 2013, a Companhia espera contribuir com R\$ 19.307 para o plano previdenciário, que inclui os planos de benefícios definidos (planos I e II) e o plano de contribuição definida (plano III), e R\$ 16.564 para o plano assistencial.

19 Encargos do Consumidor a Recolher

	31.12.2012	31.12.2011
Conta de desenvolvimento energético - CDE	833	-
Conta de consumo de combustível - CCC	571	-
Reserva global de reversão - RGR	5.832	4.047
	7.236	4.047

20 Pesquisa e Desenvolvimento

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº, 316/08 e 504/12.

20.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2012	Saldo em 31.12.2011
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	1.446	-	1.446	1.263
MME	-	723	-	723	632
P&D	5.162	-	50.850	56.012	46.571
	5.162	2.169	50.850	58.181	48.466
	5.162	2.169	50.850	58.181	48.466
			Circulante	14.831	13.943
			Não circulante	43.350	34.523



20.2 Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D		Total
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2011	1.113	556	10.900	26.285	38.854
Constituições	7.195	3.599	629	6.569	17.992
Juros Selic	-	-	-	4.123	4.123
Transferências	-	-	2.454	(2.454)	-
Recolhimentos	(7.045)	(3.523)	-	-	(10.568)
Conclusões	-	-	(1.935)	-	(1.935)
Em 31.12.2011	1.263	632	12.048	34.523	48.466
Constituições	8.078	4.040	-	8.078	20.196
Juros Selic	-	-	-	3.679	3.679
Transferências	-	-	2.930	(2.930)	-
Recolhimentos	(7.895)	(3.949)	-	-	(11.844)
Conclusões	-	-	(2.316)	-	(2.316)
Em 31.12.2012	1.446	723	12.662	43.350	58.181

21 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela Utilização do Bem Público - UBP incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão.

	Outorga	Assinatura	Final	Passivo circulante		Passivo não circulante	
				31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
UHE Mauá (a)	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	884	615	12.083	11.726
UHE Colider (b)	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	-	-	15.101	13.779
				884	615	27.184	25.505

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto:

(a) 5,65% a.a.

(b) 7,74% a.a.

Pagamento à União:

(a) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de R\$ 1.262), conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/07.

(b) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/11.

Correção anual das parcelas

(a) (b) Variação IPCA

	Valor nominal	Valor presente
2013	889	884
2014	1.010	921
2015	2.334	1.969
2016	2.334	1.841
Após 2016	64.828	22.453
	71.395	28.068

**21.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2011	-	22.249	22.249
Outorga Aneel - uso do bem público	-	3.871	3.871
Transferências	615	(615)	-
Em 31.12.2011	615	25.505	26.120
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.886	1.886
Transferências	343	(343)	-
Pagamentos	(74)	-	(74)
Variação monetária	-	136	136
Em 31.12.2012	884	27.184	28.068

22 Outras Contas a Pagar

	31.12.2012	31.12.2011
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	11.265	18.200
Cauções em garantia	4.175	3.058
Parcerias em consórcios	2.063	7.031
Outras obrigações	2.925	2.710
	20.428	30.999

23 Contingências e Provisões para Litígios**23.1 Ações consideradas como de perda provável**

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

Mutações das provisões para litígios

	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Custo de construção	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2012
Fiscais	6.308	5.211	(3.390)	-	-	-	8.129
Trabalhistas (23.1.1)	20.379	10.431	(263)	-	-	(2.364)	28.183
Benefícios a empregados (23.1.2)	13.236	6.841	-	-	-	(4.779)	15.298
Cíveis (23.1.3)							
Cíveis e direito administrativo (a)	30.522	59.950	-	-	-	(2.657)	87.815
Serviços de passagem (b)	2.271	392	(128)	-	-	(1)	2.534
Desapropriações e patrimoniais (b)	271.472	38.531	-	1.064	3.855	-	314.922
	304.265	98.873	(128)	1.064	3.855	(2.658)	405.271
Ambientais (23.1.4)	72	22	-	-	-	-	94
Regulatórias (23.1.5)	15.808	1.326	-	-	-	-	17.134
	360.068	122.704	(3.781)	1.064	3.855	(9.801)	474.109



	Saldo em 1º.01.2011	Adições	Reversões	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2011
Fiscais	25.388	6.308	(25.388)	-	-	6.308
Trabalhistas (23.1.1)	22.511	4.554	(1.570)	-	(5.116)	20.379
Benefícios a empregados (23.1.2)	6.193	12.037	-	-	(4.994)	13.236
Cíveis (23.1.3)						
Cíveis e direito administrativo (a)	27.204	7.699	(1.004)	-	(3.377)	30.522
Servidões de passagem (b)	6.674	816	(4.790)	-	(429)	2.271
Desapropriações e patrimoniais (b)	130.925	124.483	-	16.064	-	271.472
	164.803	132.998	(5.794)	16.064	(3.806)	304.265
Ambientais (23.1.4)	11	61	-	-	-	72
Regulatórias (23.1.5)	15.042	766	-	-	-	15.808
	233.948	156.724	(32.752)	16.064	(13.916)	360.068

23.1.1 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

23.1.2 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Companhia) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

23.1.3 Cíveis

a) Cíveis e direito administrativo

Ações em que a Companhia é parte ativa ou passiva e que envolve faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.

Tradener Ltda.

Ações envolvendo a Tradener Ltda, onde consta que esta Empresa firmou com a Copel em 1º.12.1998 um contrato de comercialização de energia, no qual a autora se comprometeu a “comercializar”, nas melhores condições para a Copel, todo o excedente de compra e todo o excedente de energia assegurada, com os efetivos preços, quantidades e condições a serem estipulados em contratos de compra e venda de energia elétrica.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



No referido contrato, em especial em sua cláusula 17^a, pelos serviços prestados faria jus a uma comissão/remuneração a ser calculada mediante fórmula descrita na referida cláusula e que tinha por fundamento a diferença entre o preço de referência da energia fixado pelo Comitê de Comercialização, e o preço da venda intermediada pela autora.

Visando a declaração de nulidade do referido contrato foram ajuizadas as seguintes ações:

- Ação Popular (autos nº 37879/0000 da 01^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba)
- Ação Popular (autos nº 720/2001 da 01^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba)
- Ação Civil Pública (autos nº 421/2003 da 02^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba)
- Ação Declaratória Anulatória (autos nº 1583/2005 da 01^a Vara da Fazenda de Curitiba)
- Ação Declaratória Anulatória (autos nº 0000659-69.2006.8.16.0004 da 02^a Vara da Fazenda de Curitiba).

Nas ações acima não se discutiam valores, apenas a validade ou não do contrato de comercialização firmado entre a Tradener e a Copel e dos contratos de venda de energia em que a Tradener figurou como intermediadora. A possibilidade de anulação dos contratos é remota, tendo em vista decisões já proferidas em alguns dos processos acima.

Em face de uma liminar proferida nos autos nº 421/2003 da Ação Civil Pública, a execução do contrato estava suspensa, no entanto, recentemente houve a revogação da liminar.

Assim, a Tradener ajuizou as seguintes ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões:

- autos nº 0005990-22.2012.8.16.0004 – 01^a Vara da Fazenda de Curitiba – a ação foi proposta para cobrar as comissões devidas pela Copel à Tradener em razão da intermediação por esta dos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, foi considerado como provável apenas o valor principal de R\$ 36.234, pois a incidência da correção monetária no valor de R\$ 16.732 está sendo discutida, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e desta forma não incidiria a referida correção, sendo esta classificada como possível.



- autos nº 05550-26.2012.8.16.0004 – 04ª Vara da Fazenda de Curitiba – a ação foi proposta para cobrar as comissões devidas pela Copel à Trandener em razão da intermediação por esta dos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com as empresas Carbocloro S.A. Indústrias Químicas, Companhia Luz e Força Santa Cruz, Elektro Eletricidade e Serviços S.A.; Opp Polietilenos S.A, e Enron Comercializadora de Energia Ltda. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, foi considerado como provável apenas o valor principal de R\$ 18.218, pois a incidência da correção monetária no valor de R\$ 13.886 está sendo discutida, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e dessa forma não incidiria a referida correção, sendo esta classificada como possível.

b) Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Companhia é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga a justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros, sejam nas áreas de propriedade da Companhia ou em áreas que tenham sido objeto de servidões de passagem.

Comporta, por fim, a intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas e faixas de servidões.

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de declaratória que tramitou perante a 1.ª Vara da Fazenda de Curitiba, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí a receber créditos que teria junto à Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era a execução de obras de derivação do rio Jordão, consistido em quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do mesmo. Com base nesta decisão a Ivaí propôs ação de cobrança, que tramitou perante a 4ª Vara da Fazenda de Curitiba, cuja decisão, atualmente contestada pela Companhia determinou o pagamento do valor de R\$ 180.917, valor histórico relativo a 31.10.2005, que deverá ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios na ordem de 3,2% de referida importância.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



No que concerne à discussão em questão, em Medida Cautelar de relatoria do Ministro Castro Meira, autuada no STJ sob nº 15.372 - PR, foi concedida liminar em favor da Copel Geração e Transmissão para atribuir efeito suspensivo à execução provisória promovida pela Ivaí.

A tese recursal, atualmente em trâmite no STJ, aborda a ausência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, bem como a nulidade do cálculo realizado pelo perito judicial que utilizou parâmetros equivocados para obter o valor da condenação, pois aplicou juros em duplicidade (selic mais juros). Embora o Tribunal de Justiça tenha afastado a duplicidade na incidência de juros a partir da elaboração do laudo pericial, não analisou as razões recursais que demonstraram que o cálculo contido no laudo pericial já estava viciado.

O processo aguarda desfecho do julgamento do Recurso Especial, de relatoria do Ministro Castro Meira, autuado sob nº 1.096.906, com a retomada da votação pelos Ministros Mauro Campbell Marques e Humberto Martins, após o voto desfavorável do Ministro Relator, publicado em meados de 2011 e que aguarda retorno do feito recursal ao Plenário após o pedido de vista do Ministro Herman Benjamin.

Diante do voto desfavorável e da análise dos precedentes das decisões anteriormente proferidas pelos demais Ministros que participaram do julgamento, a Administração da Companhia, procedeu a uma minuciosa revisão do processo ao final de 2011 e decidiu por remensurar o montante a ser provisionado, de R\$ 125.000, que representava o valor original do débito em discussão, atualizado com juros legais e correção monetária em índices admitidos pela Companhia, para R\$ 281.699, uma vez ponderada a forma de atualização da dívida que ainda está sendo discutida, afastando apenas a incidência de juros nos cálculos periciais e mantendo a cobrança de selic e a partir daí, com atualização até os dias atuais com base nos parâmetros fixados no acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (juros mais correção monetária). Assim, o montante ora provisionado reflete a expectativa da Companhia em eventual desfecho desfavorável da ação.

Ressalta-se também que a cumulação de juros, no caso, selic mais juros de mora, é situação rechaçada pelo Poder Judiciário, inclusive pelo próprio STJ em diversos precedentes, razão pela qual considera-se como risco possível, para o caso em comento, a diferença entre o valor considerado como provável e o eventual valor total da condenação, na data base de 31.12.2012, ou seja, R\$ 233.717.

Há que se considerar, ainda, que houve julgamento desfavorável no Agravo Regimental no Recurso Especial da Ação Rescisória, de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, autuado sob nº 1.121.458, em que busca a Copel Geração e Transmissão a desconstituição do débito, por ausência do direito de reclamar a diferença em decorrência da existência de transações administrativas, acórdão contra o qual a Companhia, em agosto de 2012, opôs recurso de embargos de declaração.



23.1.4 Ambientais

O contencioso ambiental judicial da Companhia e de suas subsidiárias refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Companhia.

23.1.5 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 16.921, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CEEE, o que torna necessária a constituição de provisão de tais valores, visto que a Companhia será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

23.2 Ações consideradas como de perda possível

	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais	8.407	6.687
Trabalhistas	47.689	34.924
Benefícios a empregados	9.701	5.203
Cíveis (23.2.1)	528.550	411.760
Regulatórias	1.468	1.484
	595.815	460.058

Detalhamento das principais ações possíveis

23.2.1 Cíveis

- Causa cível referente à Ação de Indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., tendo como réu o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS. Compete a Copel Geração e Transmissão o percentual de 51% do total do risco da ação, que equivale a R\$ 222.706, atualizado em 31.12.2012. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e afirma que com a concessão de Lavra obtida, tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da Mineradora em função das obras de construção da Usina. Atualmente o processo encontra-se aguardando publicação, provavelmente para especificação de provas.



- Ivaí Engenharia de Obras S.A. Ação que consiste no pleito de compensação por suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível para esta ação o montante de R\$ 233.717 em 31.12.2012. Informações adicionais estão descritas no item 26.1.3, deste relatório.

24 Patrimônio Líquido

24.1 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2012 (e em 31.12.2011), monta a R\$ 3.505.994, composto por 3.505.994.212 ações, todas ordinárias, pertencentes à Copel.

24.2 Reserva de lucros

	31.12.2012	31.12.2011
Reserva legal	247.134	212.108
Reserva de retenção de lucros	1.123.315	145.364
Dividendo adicional proposto	-	435.578
	1.370.449	793.050

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembléia Geral, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da Assembléia Geral Ordinária, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

24.3 Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado - custo atribuído, na data da adoção inicial das IFRS. A contrapartida desse ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta Ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de Lucros acumulados, na medida em que ocorra a realização dos itens avaliados, seja pela depreciação ou eventual baixa.



A movimentação dessa conta inclui os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, os quais correspondem aos outros resultados abrangentes da Companhia.

24.4 Mutações de ajustes de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2011	1.540.695
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	
Aplicações financeiras	2.962
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(1.007)
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:	
Custo atribuído - valor justo do imobilizado	(154.401)
Tributos sobre a realização dos ajustes	52.496
Em 31.12.2011	1.440.745
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	
Aplicações financeiras	398
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(135)
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:	
Custo atribuído - valor justo do imobilizado	(153.044)
Tributos sobre a realização dos ajustes	52.035
Em 31.12.2012	1.339.999

24.5 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2012	31.12.2011
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%) - (1)		
Lucro líquido do exercício	700.524	598.920
Reserva legal (5%)	(35.026)	(29.946)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	101.905
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	665.498	670.879
	199.649	201.264
Juros sobre capital próprio, líquidos - (2)		
Juros sobre capital próprio	219.160	226.913
Imposto de renda retido na fonte	(32.873)	(34.037)
	186.287	192.876
Dividendos propostos - (3)	13.362	443.966
Total da distribuição proposta - (4) (2+3)	199.649	636.842
Dividendos adicionais propostos (4-1) (*)	-	435.578

(*) A inclusão da realização dos ajustes de avaliação patrimonial na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios e a proposição de dividendos adicionais, referentes ao exercício de 2011, foram revertidos por deliberação da 1ª AGO de 26.04.2012.



25 Receita Operacional Líquida

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (25.1)	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2012
Fornecimento de energia elétrica	204.044	(18.577)	(42.488)	(4.989)	-	137.990
Suprimento de energia elétrica	1.779.899	(158.944)	-	(60.958)	-	1.559.997
Disponibilidade da rede elétrica	495.652	(22.901)	-	(28.098)	-	444.653
Receita de construção	59.977	-	-	-	-	59.977
Outras receitas operacionais	46.130	(4.843)	-	-	(1.239)	40.048
	2.585.702	(205.265)	(42.488)	(94.045)	(1.239)	2.242.665

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (25.1)	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2011
Fornecimento de energia elétrica	158.881	(14.697)	(40.221)	(1.029)	-	102.934
Suprimento de energia elétrica	1.637.776	(142.643)	-	(57.835)	-	1.437.298
Disponibilidade da rede elétrica	372.852	(17.294)	-	(9.303)	-	346.255
Receita de construção	118.816	-	-	-	-	118.816
Outras receitas operacionais	39.749	(3.638)	(1)	(1.384)	(984)	33.742
	2.328.074	(178.272)	(40.222)	(69.551)	(984)	2.039.045

25.1 Encargos do consumidor

	31.12.2012	31.12.2011
Conta de consumo de combustível - CCC	9.001	1.808
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.050	1.188
Quota para reserva global de reversão - RGR	56.798	48.563
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (NE n° 20.2)	20.196	17.992
	94.045	69.551

**25.2 Detalhamento da receita bruta**

	31.12.2012	31.12.2011
Fornecimento de energia elétrica		
Classe industrial	204.044	158.881
	204.044	158.881
Suprimento de energia elétrica		
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	1.431.781	1.372.025
Contratos bilaterais	191.275	148.888
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	156.843	116.863
	1.779.899	1.637.776
Disponibilidade da rede elétrica		
Receita de operação e manutenção - O&M	52.048	44.584
Receita de juros efetivos	443.604	328.268
	495.652	372.852
Receita de Construção		
Receita de Construção	43.791	108.533
Margem de Construção	16.186	10.283
	59.977	118.816
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	1.136	1.207
Renda da prestação de serviços	44.849	38.381
Outras receitas	145	161
	46.130	39.749

26 Custos e Despesas Operacionais

Natureza dos custos e despesas	Custos Operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total 31.12.2012
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(164.607)	-	-	-	(164.607)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(210.118)	-	-	-	(210.118)
Pessoal e administradores (26.3)	(241.422)	-	(76.290)	-	(317.712)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18)	(33.789)	-	(10.526)	-	(44.315)
Material	(15.870)	-	(2.064)	-	(17.934)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(22.641)	-	-	-	(22.641)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros (26.4)	(76.017)	-	(17.543)	-	(93.560)
Depreciação e amortização	(248.350)	-	(5.974)	-	(254.324)
Provisões e reversões (26.5)	-	35.576	-	(115.788)	(80.212)
Custo de construção (26.6)	(43.791)	-	-	-	(43.791)
Outros custos e despesas operacionais (26.7)	5.293	-	(25.346)	(104.882)	(124.935)
	(1.051.312)	35.576	(137.743)	(220.670)	(1.374.149)



Natureza dos custos e despesas	Custos Operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total 31.12.2011
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(72.357)	-	-	-	(72.357)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(193.357)	-	-	-	(193.357)
Pessoal e administradores (26.3)	(188.251)	-	(52.607)	-	(240.858)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18)	(29.537)	-	(8.323)	-	(37.860)
Material	(15.150)	-	(954)	-	(16.104)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(23.047)	-	-	-	(23.047)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros (26.4)	(68.120)	-	(16.682)	-	(84.802)
Depreciação e amortização	(254.690)	-	(4.217)	-	(258.907)
Provisões e reversões (26.5)	-	(35.520)	-	(137.599)	(173.119)
Custo de construção (26.6)	(108.533)	-	-	-	(108.533)
Outros custos e despesas operacionais (26.7)	15.153	372	(23.517)	(134.138)	(142.130)
	(937.889)	(35.148)	(106.300)	(271.737)	(1.351.074)

26.1 Energia elétrica comprada para revenda

	31.12.2012	31.12.2011
Contratos bilaterais	67.799	63.045
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	64.056	1.562
Compra de energia no mercado livre	38.131	14.053
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	3.721	363
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(9.100)	(6.666)
	164.607	72.357

26.2 Encargos de uso da rede elétrica

	31.12.2012	31.12.2011
Encargos de uso do sistema - rede básica e conexão	229.902	211.677
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(19.784)	(18.320)
	210.118	193.357



26.3 Pessoal e administradores

	31.12.2012	31.12.2011
Pessoal		
Remunerações	208.520	177.488
Encargos sociais	74.773	54.869
	283.293	232.357
Participação nos lucros e/ou resultados	5.594	9.109
Auxílio alimentação e educação	18.049	14.619
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	50.975	19.359
	357.911	275.444
(-) Apropriação no imobilizado e no intangível em curso	(40.656)	(35.014)
	317.255	240.430
Administradores		
Honorários	358	334
Encargos sociais	97	94
Outros gastos	2	-
	457	428
	317.712	240.858

26.3.1 Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias

A Copel instituiu o programa de sucessão e desligamento voluntário - PSDV, através da Circular 031/2011, de 29.03.2011, e alterado pelas Circulares 049/2011 e 090/2011, de 22.06.2011 e 06.12.2011, respectivamente, bem como o programa de formação de potenciais lideranças (MBA), como forma de estabelecer procedimentos capazes de garantir a retenção do conhecimento da companhia, e de forma planejada e estruturada, incentivar a preparação do quadro funcional para o exercício da liderança.

Contudo, das mudanças ocorridas no cenário nacional, notadamente com a MP 579/2012 e seus desdobramentos, que afetaram sobremaneira as finanças da companhia, exigiu, entre outras medidas, a extinção do PSDV pela Circular 068/2012, a partir de 1º.01.2013. Tal decisão da Diretoria foi comunicada com antecedência aos empregados, possibilitando a adesão até o final de dezembro de 2012.

26.4 Serviços de terceiros

	31.12.2012	31.12.2011
Manutenção de instalações	33.540	27.325
Manutenção do sistema elétrico	13.603	10.880
Consultoria e auditoria	10.085	10.337
Comunicação, processamento e transmissão de dados	9.852	9.238
Outros serviços	26.480	27.022
	93.560	84.802



26.5 Provisões e reversões

	31.12.2012	31.12.2011
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		
Clientes	(35.712)	37.146
Outros créditos	136	(1.626)
	(35.576)	35.520
Provisão (reversão) para perdas de créditos tributários	(3.135)	13.627
Provisão (reversão) para litígios (NE nº 23)		
Fiscais	1.821	(19.080)
Trabalhistas	10.168	2.984
Benefícios a empregados	6.841	12.037
Cíveis e direito administrativo	59.950	6.695
Serviços de passagem	264	(3.974)
Desapropriações e patrimoniais	38.531	124.483
Ambientais	22	61
Regulatórias	1.326	766
	118.923	123.972
	80.212	173.119

26.6 Custo de construção

	31.12.2012	31.12.2011
Material	23.253	39.229
Serviços de terceiros	14.822	43.290
Pessoal	5.575	10.610
Outros	141	15.404
	43.791	108.533

26.7 Outros custos e despesas operacionais

	31.12.2012	31.12.2011
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	89.493	118.691
Outros custos de manutenção	13.650	1.420
Tributos	9.873	7.063
Taxa de fiscalização da Aneel	8.052	7.606
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	7.350	6.923
Indenizações	6.088	8.302
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 28.1)	5.946	5.168
Recuperação de custos e despesas	(23.973)	(21.887)
Outros custos e despesas, líquidos	8.456	8.844
	124.935	142.130



27 Resultado Financeiro

	31.12.2012	31.12.2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	33.367	11.810
Varição monetária sobre contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	19.750	-
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	12.053	112.555
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	1.401	1.265
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	109	2.726
Outras receitas financeiras	1.491	4.130
	68.171	132.486
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	14.347	23.305
Juros sobre P&D (NE nº 20.2)	3.679	4.123
Encargos de dívidas	43	3.064
Outras despesas financeiras	1.478	351
	19.547	30.843
	48.624	101.643

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2012 totalizaram R\$ 40.245, à taxa média de 8,28 % a.a.

28 Contratos de Arrendamento Operacional

28.1 A Companhia como arrendatária

	31.12.2012	31.12.2011
Custos e despesas de arrendamentos e aluguéis		
Imóveis	5.521	5.228
Fotocopiadora	206	289
Outros	694	152
(-) Créditos de PIS e Cofins	(475)	(501)
	5.946	5.168

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2012, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

Do total de R\$ 5.521 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 3.826 referem-se ao contrato de locação do Polo km 3, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.



28.2 A Companhia como arrendadora

Receita de arrendamentos e aluguéis	31.12.2012	31.12.2011
Compartilhamento de instalações	845	800
Imóveis	291	407
	1.136	1.207

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade da Companhia. O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

29 Instrumentos Financeiros

29.1 Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

	NE nº	31.12.2012		31.12.2011	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento (a)	4	4.564	4.564	2.158	2.158
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (a)	4	192.645	192.645	214.337	214.337
Títulos e valores mobiliários - derivativos (b)	5	-	-	1	1
		197.209	197.209	216.496	216.496
Empréstimos e recebíveis					
Cauções e depósitos vinculados (a)	-	1.429	1.429	1.957	2.668
Clientes (a)	6	265.623	265.623	247.377	247.377
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	7	267.883	267.883	1.091.866	1.091.866
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	8	913.673	960.436	-	-
		1.448.608	1.495.371	1.341.200	1.341.911
Disponível para venda					
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	8	160.217	160.217	-	-
Títulos e valores mobiliários (b)	5	376.830	376.830	532.227	532.227
		537.047	537.047	532.227	532.227
Mantidos até o vencimento					
Títulos e valores mobiliários (b)	5	7.706	7.706	17.109	17.109
		7.706	7.706	17.109	17.109
Total dos ativos financeiros		2.190.570	2.237.333	2.107.032	2.107.743
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Mantido para negociação					
Outras obrigações - derivativos (h)		23	23	39	39
		23	23	39	39
Outros passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (i)	17	510.050	504.399	496.701	451.251
Contas a pagar vinculadas à concessão - UBP (k)	21	28.068	25.530	26.120	23.514
Fornecedores (l)	16	526.071	526.071	329.630	329.630
		1.064.189	1.056.000	852.451	804.395
Total dos passivos financeiros		1.064.212	1.056.023	852.490	804.434

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros



com mercado ativo. Quanto aos instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

- a) Ativos financeiros que têm valores justos equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, em razão à sua natureza e prazos de realização.
- b) O valor justo dos Títulos e valores mobiliários foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) As Contas a receber vinculadas à concessão têm sua composição detalhada na NE nº 7, incluindo: i) quadro demonstrativo reconciliando os saldos iniciais com os saldos finais, com a demonstração separada das adições, baixas, transferências, perdas, variação monetária e ajuste ao valor justo; ii) critérios para apuração e mensuração; e iii) premissas adotadas pela Administração para atualização do valor indenizável.
- d) As contas a receber vinculadas à prorrogação de concessão, relativo aos ativos que entraram em operação após maio de 2000, o fluxo de entradas de caixa esperado foi descontado à taxa Selic, melhor taxa de curto prazo disponível para comparação para apuração do seu valor de mercado.
- e) As contas a receber vinculadas à prorrogação de concessão, referentes aos ativos existentes em 31.05.2000, dadas as indefinições de valores, prazos de recebimento e taxas, a Administração optou por considerar o valor justo equivalente ao valor contábil.
- f) O ativo financeiro derivativo compõe a conta de Títulos e valores mobiliários e o passivo financeiro derivativo refere-se a ajuste DI Futuro, que compõe a conta Outras obrigações. O ativo e o passivo financeiro derivativos têm seus valores justos calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros.
- g) Empréstimos e financiamentos têm valor justo considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, da variação do CDI mais 0,99% a.a.
- h) Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público têm valor justo considerando como premissa para o cálculo a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel, vencido pela Companhia.
- i) Passivo financeiros que têm valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.



29.2 Nível de classificação para apuração do valor justo

	31.12.2012				31.12.2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Títulos e valores mobiliários	209.977	166.853	-	376.830	392.533	139.695	-	532.228
Contas a receber vinculadas à concessão	-	-	267.883	267.883	-	-	1.091.866	1.091.866
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	-	-	160.217	160.217	-	-	-	-
Passivos Financeiros								
Outras obrigações - derivativos	23	-	-	23	39	-	-	39

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

29.3 Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	Valor justo		Valor contábil líquido	
					31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
LFT	SELIC	14.07.2009	07.03.2012	Custo amortizado	-	5.919	-	5.920
LF Caixa	CDI	03.11.2011	07.11.2013	Custo amortizado	3.504	5.089	3.504	5.089
LF Caixa	CDI	07.11.2011	08.11.2013	Custo amortizado	4.202	6.100	4.202	6.100

29.4 Fatores de Risco

A Companhia mantém mecanismos que buscam a gestão de riscos nas áreas corporativas e nas suas subsidiárias. Os riscos são classificados como críticos, altos, moderados, baixos ou mínimos de acordo com sua exposição final, a qual leva em consideração os impactos financeiro, operacional e de imagem, além da frequência de ocorrência do risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às atividades da Companhia são identificados e dimensionados quanto aos possíveis impactos negativos, de alcance de seus objetivos estratégicos, de processos e de projetos.

29.4.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas vindas de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir:



	31.12.2012	31.12.2011
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	197.209	216.495
Títulos e valores mobiliários (a)	384.536	549.337
Cauções e depósitos vinculados (a)	1.429	1.957
Clientes (b)	265.623	247.377
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	267.883	1.091.866
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	160.217	-
Total	1.276.897	2.107.032

a) Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Clientes

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

c) Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se a indenizações previstas nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica e a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão a ser realizado por meio da Receita Anual Permitida - RAP.

A Administração considera bastante reduzido o risco de crédito sobre estes ativos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.

d) Contas a receber vinculadas à prorrogação de concessão



d.1) Para o valor de R\$ 913.673, relativo a indenização homologada para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, a Administração considera reduzido o risco de crédito uma vez que as regras de sua realização e remuneração já foram estabelecidos pelo poder concedente.

d.2) Para os ativos existentes em 31.05.2000 no valor de R\$ 160.217, apesar do poder concedente ainda não ter divulgado o regulamento sobre a forma de remuneração e o pagamento da indenização e que ajustes podem ocorrer nos investimentos realizados quando da homologação pelo regulador e poder concedente, a avaliação da Administração considerou as regras regulatórias existentes na sua valorização em 31.12.2012.

29.4.2 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (29.4.7), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2012
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	192.645	-	192.645
Títulos e valores mobiliários	384.536	-	384.536
Cauções e depósitos vinculados	1.429	-	1.429
Contas a receber vinculadas à concessão	267.883	-	267.883
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	1.073.890	-	1.073.890
Empréstimos e financiamentos	-	(510.050)	(510.050)
	1.920.383	(510.050)	1.410.333

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2012 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 7,25%, IGP-DI – 5,34%, IGP-M – 5,31% e TJLP – 5,50%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2013 do Relatório Focus do Bacen de 28.12.2012. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.



Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2012	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	Baixa CDI/SELIC	192.645	13.793	10.345	6.897
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	384.536	27.533	20.650	13.766
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	1.429	102	77	51
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	267.883	14.172	10.616	7.061
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBNI	Baixa IPCA	913.672	49.978	37.484	24.989
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	Indefinido ⁽¹⁾	160.218	-	-	-
		1.920.383	105.578	79.172	52.764
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	119.039	1.264	1.580	1.896
Finep	Alta TJLP	3.913	196	245	293
BNDES - Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	214.855	10.743	13.428	16.114
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	172.243	8.612	10.765	12.918
		510.050	20.815	26.018	31.221
Efeito esperado no resultado		1.410.333	84.763	53.154	21.543

⁽¹⁾ Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

⁽²⁾ Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados por sua Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

29.4.3 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

Em 31.12.2012 todas as condições foram analisadas, indicando pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.



29.4.4 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e de indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

29.4.5 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas em razão da redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2012, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as condições de atendimento à carga são satisfatórias no horizonte 2013/2016, e considerando ainda que existem sobras de garantia física no SIN nesse período, foi realizada avaliação de sensibilidade com relação ao crescimento do mercado sob o aspecto estrutural, podendo-se concluir que a expansão prevista até 2016, mantidos os cronogramas programados neste PEN 2012, é capaz de suportar um crescimento médio anual da carga de até 6,1 % a.a., atingindo 77 GWmed em 2016, contra os 4,6% a.a. do Cenário de Referência, cerca de 72 GWmed no mesmo ano, o que significa que mesmo com uma antecipação de pouco mais de um ano no crescimento da carga, a partir de 2014, ainda seria possível manter as condições de atendimento ao mercado dentro do critério de garantia postulado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (riscos de déficit não superior a 5%).

29.4.6 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica cuja expectativa da Administração de que as condições de prorrogação apresentadas pelo MME, que representa o Poder Concedente, era de que fossem adequadas de forma a viabilizar a continuidade dos negócios dentro dos padrões exigidos pela Aneel.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação, procedeu as análises possíveis. Frente à precariedade de informações disponibilizadas pelo Poder Concedente e de posse das avaliações obtidas, concluiu pela não viabilidade da renovação das concessões de geração de suas quatro usinas vincendas entre 2014 e 2015: Rio dos Patos com 1,8 MW de capacidade instalada, Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza com 260,0 MW, Mourão com 8,2 MW e Chopim com 1,8 MW. Essa decisão visa preservar os atuais níveis de rentabilidade da empresa.

Para as concessões de Transmissão, foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento pela Aneel, sua autorização. A garantia de ressarcimento se dá conforme a Resolução Normativa - REN 158 de 23.05.2008, não causando perdas financeiras ao concessionário.

A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação procedeu as análises e avaliações optando pela renovação por mais 30 anos, e desta forma, contribui com a redução nas tarifas, com a modicidade tarifária e preserva os atuais níveis de rentabilidade da Empresa.



Contratos de concessão com datas de vencimento

	Data de vencimento das concessões/autorizações
Concessões - Copel Geração e Transmissão Hidrelétricas	
Contrato de Concessão de Geração nº 045/1999	
Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Governador José Richa (Caxias)	04.05.2030
Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (a) (b)	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Chaminé	16.08.2026
Apucarantina	12.10.2025
Mourão (a) (b)	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	15.11.2029
Marumbi (c)	-
São Jorge	03.12.2024
Chopim I (a) (b)	07.07.2015
Rio dos Patos (a) (b)	14.02.2014
Cavernoso	07.01.2031
Melissa (d)	-
Salto do Vau (d)	-
Pitangui (d)	-
Contrato de Concessão de Geração nº 001/2007 - Mauá - 51% da Copel	02.07.2042
Contrato de Concessão de Geração nº 001/2011 - Colider (e)	16.01.2046
Autorização - Cavernoso II (e)	27.02.2046
Termelétricas	
Contrato de Concessão de Geração nº 045/1999 - Figueira	26.03.2019
Eólica	
Autorização - Palmas	28.09.2029
Linhas de Transmissão e Subestações	
Contrato nº 060/01 - Instalações de transmissão (f)	05.12.2042
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté (e)	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilha III (e)	05.10.2040
Contrato nº 001/12 - Linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama - 51% Copel GeT (e)	11.01.2042
Contrato nº 004/12 - Linha de transmissão Nova Santa Rita - Camaquã 3 - 20% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 007/12 - Linha de transmissão Umuarama - Guaira - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 008/12 - Linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste - 80% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 011/12 - Linha de transmissão Açailândia - Miranda II - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 012/12 - Linha de transmissão Paranaíta - Ribeirãozinho - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 013/12 - Linha de transmissão Ribeirãozinho - Marimbondo II - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 022/12 - Linha de transmissão - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 (e)	26.08.2042

- (a) Usina não renovada nos termos da MP nº 579/2012 - prerrogativa da Concessionária
- (b) Haverá licitação do empreendimento ao término da concessão
- (c) Em processo de homologação na Aneel
- (d) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel
- (e) Empreendimento em construção
- (f) Concessão renovada nos termos da MP nº 579/2012

Quanto a eventual indenização ao final da concessão, existe a incerteza sobre a forma de mensuração do valor a ser pago quando da reversão dos bens ao Poder Concedente.



29.4.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

Instrumentos financeiros derivativos	31.12.2012	31.12.2011
Futuro DI Ajuste Diários - ativo	-	1
Futuro DI Ajuste Diários - passivo	(23)	(39)
Parcela circulante	(23)	(38)

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registradas na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

Durante o período de 2012, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi uma perda de R\$ 3.208 (perda de R\$ 2.726 em 2011).

Os contratos são ajustados diariamente, conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 31.12.2012 correspondem a R\$ 100.290 (R\$ 88.135 em 31.12.2011).

Em 31.12.2012, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 4.441 (R\$ 5.930 em 31.12.2011), estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes em 31.12.2012 e, para o cenário provável os saldos com a variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN com vencimento em 1º.01.2013.

Risco de derivativos	Risco	Base 31.12.2012	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(23)	(576)	(2.394)	(4.212)
		(23)	(576)	(2.394)	(4.212)
Efeito esperado no resultado			(553)	(2.371)	(4.189)



29.5 Gerenciamento de capital

A Companhia busca sempre conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos, as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada:

- a) pelo Endividamento Líquido, definido como o total de Empréstimos e Financiamentos, líquidos de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários de curto prazo; e
- b) pelo Capital Próprio, definido como o Patrimônio Líquido.

Endividamento	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos	510.050	496.701
(-) Caixa e equivalentes de caixa	197.209	216.495
(-) Títulos e valores mobiliários	291.709	487.406
Dívida líquida	21.132	(207.200)
Patrimônio líquido	6.216.442	5.739.789
Endividamento do patrimônio líquido	0,003	(0,036)

29.6 Linhas de financiamentos

A Companhia não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas.

29.7 Tabela de liquidez e juros

As tabelas abaixo demonstram valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo, as projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.



Ativo

	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2012							
Caixa e equivalentes de caixa	-	197.209	-	-	-	-	197.209
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	266.759	5.710	7.089	82.291	-	361.849
Contas a receber vinculadas à concessão	NE nº 7	1.999	4.023	21.659	161.243	2.606.367	2.795.291
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBNI	NE nº 8	44.775	76.713	317.723	608.838	-	1.048.049
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão		-	-	-	-	160.218	160.218
		510.742	86.446	346.471	852.372	2.766.585	4.562.616
31.12.2011							
Caixa e equivalentes de caixa	-	216.495	-	-	-	-	216.495
Derivativos	DI Futuro	1	-	-	-	-	1
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	-	6.037	92.266	91.137	-	189.440
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	17.277	35.606	163.912	2.255.700	1.948.720	4.421.215
		233.773	41.643	256.178	2.346.837	1.948.720	4.827.151

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

⁽²⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

⁽³⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 20

Passivo

	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2012							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	12.712	13.120	77.796	294.265	362.260	760.153
Derivativos	DI Futuro	23	-	-	-	-	23
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	74	147	667	9.158	174.561	184.607
Petrobras - Compagas	100% do CDI	5.395	10.874	50.338	71.192	-	137.799
Outros fornecedores	-	220.381	7.219	789	2.620	-	231.009
Benefícios pós emprego	7,46%	11.690	23.380	105.210	599.849	3.228.163	3.968.292
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	50.503	236.709	1.194.894	5.906.459	7.388.565
		250.275	105.243	471.509	2.171.978	9.671.443	12.670.448
31.12.2011							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	11.345	15.752	69.201	308.353	344.084	748.735
Derivativos	DI Futuro	39	-	-	-	-	39
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	71	141	635	7.293	174.780	182.920
Fornecedores	-	139.923	6.419	3.008	2.341	-	151.691
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	61.396	228.616	801.719	-	1.091.731
		151.378	83.708	301.460	1.119.706	518.864	2.175.116

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

29.8 Garantias

As principais garantias constituídas para manutenção dos negócios e investimentos estão aplicados em títulos e valores mobiliários:

**Garantias**

	31.12.2012	31.12.2011
Garantias para leilões da Aneel	21.427	13.231
Garantia para Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	28.281	13.940
Garantia de financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas - UHEs e Linhas de Transmissão - LTs	32.144	18.764
Garantia para atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	31.290	-

30 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Controlador						
Estado do Paraná						
Empregados cedidos (a)	1.482	1.418	-	-	-	-
ICMS (NE nº 10.3)	8.331	3.347	4.305	3.674	-	-
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	635.489	600.659	-	-
Entidades com influência significativa						
BNDES e BNDESPAR (d)						
Financiamentos (NE nº 17.4)	-	-	214.855	172.237	(2.527)	-
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 26.3)	-	-	-	-	(457)	(428)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 18)	-	-	-	-	(17)	-
Controladas						
UEG Araucária Ltda.						
Rede básica e de conexão	155	154	-	-	1.399	964
Entidades sob controle comum						
Copel Distribuição S.A. (b)						
Suprimento de energia elétrica	11.832	15.386	-	-	96.516	91.849
Rede básica e de conexão	11.631	9.475	-	-	95.582	75.368
Sistema de distribuição	-	-	298	285	(3.554)	(3.315)
Prestação de serviços	-	-	1.232	299	(5.465)	(5.197)
Copel Telecomunicações S.A. (c)						
Serviços de telecomunicações	-	-	526	488	(6.321)	(5.458)
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	119	117	(1.296)	(1.398)
Companhia Paranaense de Gás - Compagas						
Repactuação - aquisição de gás (NE nº 16)	-	-	10.591	15.944	(1.076)	(2.009)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.						
Prestação de serviços (d)	555	499	-	-	6.190	5.917
Outras partes relacionadas						
Dona Francisca Energética						
Compra de energia elétrica (e)	-	-	6.045	5.600	(67.354)	(63.045)
Foz do Chopim Energética Ltda.						
Operação e manutenção (f)	135	131	-	-	1.627	1.390
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	3.925	3.061
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 18)	-	-	141.870	127.636	-	-
Lactec (g)	4.031	2.366	303	371	(4.561)	(5.753)



- a) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.12.2012 foi constituída PCLD no valor de R\$ 1.331 (R\$ 1.307 em 31.12.2011).
- b) A Companhia mantém com a Copel Distribuição Contratos de compra e venda de energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão -CCT.
- c) A Companhia mantém com a Copel Telecomunicações contrato de prestação de serviços de telecomunicações, com vencimento em 30.11.2012.
- d) Contratos de prestação de serviços realizado entre a Elejor e a Copel Geração e Transmissão, de operação e manutenção, com vencimento em 01.10.2014 e de assessoramento, consultoria técnico científica, com vencimento em 31.03.2016.
- e) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 06.10.2015.
- f) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, realizado entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 24.05.2015.
- g) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.



31 Seguros (não auditado)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (31.1)	24.08.2013	1.092.734
Incêndio - imóveis próprios e locados (31.2)	24.08.2013	64.815
Responsabilidade civil - Copel (31.3)	24.08.2013	12.000
Engenharia - Copel (31.4)	24.08.2013	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (33.5)	24.08.2013	apólice por averbação
Riscos diversos (31.8)	24.08.2013	800
Garantia de Fiel Cumprimento (31.10)	14.07.2014	12.500
Garantia de Fiel Cumprimento (31.10)	15.01.2014	2.200
Garantia de Fiel Cumprimento (31.10)	1º.04.2013	3.049
Responsabilidade Civil para diretores e administradores - D&O (33.14) *	30.06.2013	51.088

Nota: * O valor da importância segurada de Responsabilidade Civil para Diretores foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31/12/2012 - R\$ 2,0435

31.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

31.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça.

31.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

31.4 Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.



31.5 Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizada para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.

31.6 Multirrisco

Apólice onde são relacionados os bens da Companhia. Visa dar cobertura securitária para possíveis danos causados por incêndio, raio, explosão, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos, recomposição de registros e documentos, vendaval, fumaça e roubo ou furto qualificado.

31.7 Seguro de automóveis

Garante as indenizações dos prejuízos sofridos e das despesas incorridas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos à frota de 33 veículos segurados da Compagas. Possui cobertura básica para os veículos e cobertura adicional de responsabilidade civil facultativa para os danos materiais, corporais e morais causados a terceiros. As importâncias seguradas para os danos causados a terceiros são de R\$ 150 para danos materiais e R\$ 300 para danos pessoais, para cada veículo.

31.8 Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

31.9 Garantia judicial

Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais contra a Compagas. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária.

31.10 Garantia de fiel cumprimento

Garante as obrigações assumidas pela Companhia nos contratos de concessões firmados com a Aneel.



O seguro-garantia é destinado às empresas que, na condição de contratadas, estão obrigadas a garantir a seus clientes que os contratos firmados, no que se refere a preços, prazos e demais especificações pactuadas, serão rigorosamente cumpridos. Também os órgãos públicos de administração direta ou indireta, conforme determinam as Leis nºs 8.666/93 e 8.883/94, podem receber apólices de seguro como garantia de seus fornecedores de bens, serviços, executantes de obras e licitantes.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

31.11 Riscos de engenharia - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Cobertura básica de obras civis em construção e/ou instalação e montagem mais coberturas acessórias de despesas extraordinárias, tumultos, greve, comoção civil e atos dolosos, manutenção ampla por 24 meses, despesas de desentulho, obras concluídas e riscos do fabricante para a execução de obras e/ou serviços necessários à implantação da Usina Hidrelétrica de Mauá.

31.12 Responsabilidade civil - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, durante a execução das obras civis e/ou serviços de montagem e instalação da Usina Hidrelétrica de Mauá. Possui também coberturas acessórias de responsabilidade civil cruzada e danos decorrentes dos serviços de fundações.

31.13 Riscos operacionais - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Caracteriza-se pela cobertura do tipo "All Risks", abrangendo todas as perdas ou danos materiais causados aos bens segurados, exceto os formalmente considerados excluídos em suas condições.

Estão cobertos pela apólice as unidades geradoras, subestação, casa de força, barragem, vertedouro e túnel.

Além das coberturas para danos materiais, destacam-se as coberturas adicionais para salvamento e contenção de sinistros, inundação e alagamento, remoção de entulhos, pequenas obras de engenharia, roubo, greves e tumulto, honorários de peritos e despesas extraordinárias. Não inclui cobertura para lucros cessantes.

31.14 Responsabilidade civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no



exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro de seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Companhia e pessoas indicadas pela Companhia para ocupar cargos equivalentes.

32 Eventos Subsequentes

32.1 Novos investimentos

32.1.1 LT 230 KV Assis – Paraguaçu Paulista II

Concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 07/2012, realizado em 19.12.2012, linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 37 km, com origem na subestação de Assis e término da subestação de Paraguaçu Paulista II, subestação Paraguaçu Paulista II em 230 kV e respectivas conexões de transformadores, interligações de barramentos e módulo geral 230 kV. Localizadas no Estado de São Paulo. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 25.02.2013 data da assinatura do contrato e, a critério exclusivo do poder concedente, poderá ser renovado por no máximo igual período.

Em atendimento à Resolução Normativa 396 de 23.02.2010 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarão disponíveis no site da Copel a partir de 18.04.2013 e as Demonstrações Financeiras Regulatórias, a partir de 30.04.2012.



Copel Geração e Transmissão S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações financeiras**



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Copel Geração e Transmissão S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 2 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-PR

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador - CRC 1SP141128/O-2-S-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR048555/O-2



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 03 de abril de 2013

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Presidente

ROBERTO BRUNNER

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO